

Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas

3.3

Relatório regional Distrito Federal



Equipe

Supervisora regional
Ozanira Ferreira da Costa

Assistentes de pesquisa
Karina Figueiredo e Perla Ribeiro

Bolsistas
Elizângela R. Menezes, Janisse Carvalho,
Lorena Marques e Rafael Madeira

Apoio de multimídia
Giancarlo de Jesus Silva

Apoio de som
Avelino Ferreira

Secretaria
Inesc

Colaboração
Cecia e MNMMR-DF

Sumário

1 – Introdução

2 – A metodologia em ação: os Grupos de Diálogo da Região Metropolitana de Brasília

2.1. A preparação e a mobilização dos Grupos de Diálogo

2.2 O Dia de Diálogo

2.3. Perfil dos(as) participantes

2.4. A participação dos(as) jovens nos diferentes grupos

2.5. Análise global da metodologia dos Grupos de Diálogo: a experiência brasileira

2.6. Análise sobre a organização da pesquisa em rede

3 – Comentários iniciais

4 – Semelhanças e diferenças: que Brasil queremos e como chegar lá?

4.1. A educação

4.2. O trabalho

4.3. A cultura e o lazer

4.4. O processo dos caminhos participativos

5 – Caminhos participativos

6 – Caminho síntese

7 – Comentários finais

8 – Fichas pré e pós-Diálogo

9 – Análise sobre a participação

10 – Conclusão

11 – Recomendações

12 – Bibliografia

13 – Anexos

1 – Introdução

A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação e esferas públicas e políticas* é de iniciativa do Ibase e do Instituto Pólis, em parceria com Redes Canadenses de Pesquisa em Políticas Públicas (CPRN¹), e foi realizada a partir da estratégia de trabalho em rede, em oito Regiões Metropolitanas do Brasil² (RMs). Na Região Metropolitana de Brasília (RMB) a parceria foi feita com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Este relatório apresenta uma síntese da pesquisa com ênfase para o resultado da segunda etapa, que utilizou a metodologia de “Grupos de Diálogo” (GD), adaptada da experiência canadense, sistematizando a experiência do Distrito Federal ou Região Metropolitana de Brasília, conforme convencionado pela pesquisa. A primeira etapa constituiu-se da aplicação da pesquisa de opinião (PO), aplicada pelo Instituto Focus, nas oito Regiões Metropolitanas, no período de outubro a novembro de 2004, com o tratamento dos dados realizado pelas equipes das respectivas Regiões. Na Região Metropolitana de Brasília, foi considerada uma população de 2.952.276 habitantes, e foi pesquisada uma amostra de 600 jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, considerando a amostragem probabilística e independente das demais Regiões Metropolitanas abrangidas pela pesquisa.

A pesquisa tem como referência o fato de que a participação dos(as) jovens nos processos de discussão sobre decisões que afetarão o seu futuro não é comum no Brasil. Ainda que existam exemplos isolados de mecanismos que favoreçam ao(à) jovem participar mais de perto da vida da sua cidade ou estado, esse procedimento está longe de ser a regra. A conjuntura atual é um marco, no tocante a processos de elaboração de políticas para a juventude, que têm provocado organizações juvenis, instituições públicas e da sociedade civil a se engajarem no debate.

Nessa perspectiva, a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia* parte da necessidade de que os(as) jovens sejam sujeitos ativos nesse processo ainda inicial de definição de políticas nacionais para os segmentos juvenis, e compreende a metodologia de Grupos de Diálogo, no âmbito de novos mecanismos que subsidiem a formulação de políticas públicas para a juventude e estimulem a participação dos sujeitos beneficiários dessas políticas.

A abordagem sobre a metodologia parte do entendimento de Demo (1995), que a define como “*estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência*”, orientada pela busca de metodologias alternativas, que articulem teoria e prática, quantidade e qualidade, levando em conta, no processo de produção de conhecimento para a formulação de políticas públicas, de um lado, a qualidade formal e política e, de outro, a singularidade dos sujeitos usuários das políticas sociais públicas. Demo (1995) ressalta a importância da

¹ CPRN – Canadian Policy Research Networks.

² Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo.

qualidade formal e política, na produção de conhecimento científico. Para o autor, na qualidade formal, é importante garantir os critérios formais da competência instrumental, no método e na teoria enquanto, na qualidade política, surge a dimensão do cientista como ator político, aliada à de pesquisador disciplinado.

Do ponto de vista da singularidade dos sujeitos, ao se analisar a realidade de forma crítica, com vistas a formular políticas que a transformem, deve ser considerada a maior proximidade possível com o universo dos(as) usuários(as) envolvidos(as). Além das demandas advindas da materialidade, outras se assentam em aspectos relacionados à cultura, aos valores e às necessidades que os constituem como sujeitos de direitos, de desejos e de particularidades, advindos da condição de gênero, de cor/raça/etnias, do ciclo de vida [crianças, adolescentes, jovens, idosos(as)], de necessidades especiais (deficiências físicas, mentais) etc.

O relatório é apresentado em duas partes, além da introdução e da conclusão. A primeira parte aborda a metodologia em ação e, especificamente, trata da análise dos diferentes momentos da realização dos Grupos de Diálogo, da análise global da metodologia e da organização da pesquisa em rede, e a segunda parte aborda uma análise do conteúdo dos Grupos de Diálogo.

2 – A metodologia em ação: os Grupos de Diálogo na Região Metropolitana de Brasília

Os Grupos de Diálogo da RMB seguiram o modelo nacional e se desenvolveram num processo de preparação, mobilização, realização e tratamento dos dados. Esta primeira parte apresenta a metodologia em ação, com base na experiência do Distrito Federal, considerando o seu caráter inédito, identificando as possibilidades de contribuição da metodologia de Grupos de Diálogo, numa perspectiva participativa, que possibilitasse o acúmulo de conhecimento de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas para a juventude.

- A Região Metropolitana de Brasília – RMB

A Região Metropolitana de Brasília, assim convencionada pela pesquisa, inclui o conjunto de cidades ou “Regiões Administrativas”, que constitui o Distrito Federal. Ela deve ser compreendida no seu contexto multifacetado e considerando o entrelaçamento dos aspectos socioespacial, político e cultural.

Tais cidades se multiplicam a cada dia, numa outra configuração socioespacial. “Áreas invadidas ganharam administrações regionais e pólos de desenvolvimento econômico se consolidaram no espaço geográfico da capital” (Correio Brasiliense, 01/01/2005). A RMB ou o Distrito Federal desenha um novo mapa e, progressivamente, vai assumindo o formato de uma constelação de satélites em torno de uma grande nave espacial.

A nave suscita variadas inspirações. Assemelha-se ao formato de um avião para uns; para outros(as), compara-se ao desenho de um crucifixo e, para terceiros(as), Brasília se parece com uma grande borboleta cintilante.

Vistas do mais alto do céu, donde os satélites acampam para fotografar o planeta, as grandes capitais brasileiras são manchas reluzentes. Entre elas, uma única tem forma definida. É uma borboleta faiscante, asas e corpo bordados de lantejoulas. De lá longe, lampejante. Cá de perto, cintilante. A mais perfeita imperfeição. Projeto grandioso e maltratado (...). Borboleta radiante no meio do Planalto Central brasileiro, Brasília tem história, identidade, arte, arquitetura, criação, labuta fervorosa. Mas poucos os que, em tendo poder, respeitam esse patrimônio precioso. (Correio Brasiliense, Crônica da Cidade – 1º/01/05).

Não é à toa que Brasília é comumente confundida com o Distrito Federal. À parte ao seu crescimento assustador, numa luta constante entre a preservação do projeto original e a ganância de grileiros(as) e especuladores(as) imobiliários, a capital do país concentra a vida ativa do DF, em suas várias dimensões. Embora a vida pulse nas cidades e algumas, como Taguatinga, já se constituam do seu próprio desenvolvimento econômico, cada vez mais, administrativamente, todas se vinculam a Brasília, e o centro

administrativo, econômico, cultural e social predomina nela, transformando as várias Regiões Administrativas em cidades dormitórios.

Aqui é uma terra onde o mundo se encontra. Brasília, além de abrigar a representação oficial dos vários países que mantêm relações diplomáticas com o Brasil, recebe, com as suas grandes asas abertas, brasileiros(as) e estrangeiros(as) de todas as partes. Ela é uma síntese, por assim dizer, da diversidade do povo brasileiro. Tem gente de todo o mundo, de toda cor, de toda raça, de todo credo, construindo uma identidade própria e já com novas gerações de brasilienses natos(as).

A cidade que inspirou Niemeyer e Lúcio Costa, hoje, sintetiza e expressa as faces contrastantes da desigualdade social. Brasília, que um dia foi considerada um eldorado, como as grandes cidades brasileiras, hoje está sufocada pelo contraste que se acirra, a cada dia, entre a concentração de riqueza, de um lado, e a miséria, de outro, refletindo-se e desenhando uma situação socioespacial bem particular. É a partir das múltiplas práticas da população que se pode conhecer a lógica de segregação socioespacial, em seus processos de intervenção no espaço e no território. Por meio da forma como os homens (e mulheres) estabelecem suas relações sociais, econômicas e políticas para produzirem e reproduzirem as condições existenciais é que se pode observar como eles(as) constroem o seu espaço/território.

Brasília vai se transformando num formato único, particular, que agrega riqueza e pobreza, beleza e feiúra e o contraste social daqueles(as) que vivem o seu cotidiano entre os Lagos Sul e Norte e em cidades como a Estrutural e a invasão do Itapoá. Aqui se tem o melhor e o pior, afirma a socióloga Natália Mori, que observou durante um ano os contrastes do Distrito Federal. Ela *“quis registrar as diferenças tidas ainda como invisíveis, mas totalmente presentes em nosso dia-a-dia. A Brasília pós-moderna, envidraçada, segura, rica, do Plano Piloto do Lago Sul e Norte. E as carroças, os catadores e a pobreza da periferia”*.

Na capital dos contrastes, o rendimento dos(as) bem-nascidos(as) supera em 27 vezes o dos(as) miseráveis. O DF é a unidade da Federação com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No melhor lugar para um(a) brasiliense viver, o Lago Sul, cada membro de uma família recebe, em média, R\$ 2.798,00 por mês. No Itapoá, o pior endereço do DF, um pai de família ganha R\$ 102,00, quando tem trabalho.

Na verdade, a formação e a organização socioespacial de Brasília é um fenômeno comum à formação das cidades brasileiras que tiveram um crescimento rápido. A diferença é que, em Brasília, sempre houve uma política de criação de cidades-satélite, isoladas do Plano Piloto, para abrigar quem não cabia no projeto original da nova capital, mas que, por outro lado, deveria ser “incluído(a)” na política habitacional populista dos governos locais.

Brasília guarda, simultaneamente, o complexo político e administrativo do país que se transforma, continuamente, em palco mutante de atos e protestos políticos, chegando a se constituir, historicamente, em cenário de atos pelas Diretas Já!, de mobilização da sociedade pela aprovação de uma nova Constituição Federal, do *impeachment* de um

presidente da República e de atos que atentam à ética, à moral e à democracia, expressos na face explícita da corrupção.

Mas a cidade de Renato Russo, aquela que acolheu Cássia Eller, inspirou e inspira poetas, músicos(as) e bandas como Legião Urbana, Plebe Rude, Detrito Federal etc., também inspira tragédias, como o assassinato do índio Galdino, por jovens da classe média brasiliense, e a crescente organização dos(as) jovens, por meio de gangues, que preenchem o vazio oferecido à criatividade juvenil.

Finalmente, aos 45 anos, Brasília já é avó. A jovem cidade embala a sua segunda geração. É nela e nesse complexo de cidades que a margeiam, que vivem os(as) jovens que participaram da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia*. Em sua maioria, eles(as) são os primeiros netos(as) nativos(as) de uma terra que ainda tem 52% da população formada por migrantes nordestinos(as), mineiros(as), goianos(as), cariocas etc.

2.1. A preparação e mobilização dos Grupos de Diálogo

A metodologia dos Grupos de Diálogo constitui um mecanismo de consulta, que se estendeu para além do seu dia de realização. Com o intuito de estabelecer uma ação para o controle da metodologia, é importante pensar todo o caminho planejado, num processo que vai desde a preparação minuciosa até a realização das sessões, seguindo os instrumentais de orientação, para se manter uma unidade mínima, em termos comparativos entre as Regiões Metropolitanas.

Partiu-se do entendimento de que é necessário cuidar de todos os detalhes com atenção especial. Por esse motivo, a preparação e a mobilização dos Grupos de Diálogo envolveram aspectos como a organização da equipe e dos diferentes Grupos, a convocação e o deslocamento dos(as) jovens, os serviços de apoio e o local de realização dos eventos. Como bem enfatiza o Almanaque de Metodologia da Educação Popular do Cenap (s/d), se referindo ao ambiente educativo,

(...) o local deve ser agradável, com iluminação e ventilação adequadas, sem ruídos perturbadores ou interferências que distraiam. Deve-se assegurar a privacidade necessária para que as pessoas possam expressar seus pensamentos, sentimentos, recordações e movimentos, sem receio de serem interrompidas ou escutadas por outras pessoas alheias ao processo. Além disso, o ambiente deve corresponder às necessidades do trabalho proposto. Caso contrário, devemos modificar nosso esquema.

A experiência demonstrou casos interessantes como o de um jovem que declarou ter começado a se preparar para o encontro três dias antes, pois não tinha o hábito de discutir política, ou como o de duas jovens que não autorizaram o uso da imagem e da voz. Curiosamente, uma delas tinha experiência com o uso de drogas. Também destacaram-se

surpresas e imprevistos considerados naturais e lembrando que, não obstante a compreensão e apropriação dos Caminhos e dos instrumentos, *“o método de captação não pode ser mais importante do que a realidade a ser captada”* (DEMO, 2001). A maior das surpresas foi a presença de 37 jovens, na última sessão de GD, considerando que as demais chegaram no máximo a 20 participantes.

Outros aspectos imprevistos podem ser ressaltados no processo de mobilização e realização dos GD, tais como: a participação de dois irmãos que responderam ao questionário; uma moça, que tinha 24 anos quando respondeu o questionário e, no GD, já havia completado 25 anos; um adolescente que, ao responder o questionário da PO, declarou ter 16 anos e, na realidade, ainda tinha 14 anos quando participou do GD; a participação, despercebida e em dias distintos, de dois jovens (uma moça e um rapaz) que participaram sem estar na listagem geral de convocação.

2.2 O Dia de Diálogo

O segundo momento da aplicação da metodologia foi a realização dos Grupos de Diálogo, que seguiu passo a passo o modelo nacional, com base nos instrumentos previstos, os quais permitiram inteirar os(as) jovens sobre a temática em discussão: o Guia do(a) Facilitador(a), o Caderno de Trabalho, o CD-ROM, os *banners*, os painéis e os questionários Pré e Pós-Diálogo. Além desses, vale enfatizar o processo de facilitação.

O Guia do(a) Facilitador(a) foi fundamental, pois permitiu seguir um caminho sinalizado durante o Grupo de Diálogo e, em relação ao conjunto dos GD, garantiu uma referência de análise para a metodologia. Não foram necessárias grandes adaptações na RMB, à exceção da flexibilidade do horário e do processo de facilitação abordado adiante.

Observou-se que o Caderno de Trabalho, apesar do seu formato criativo, é de difícil leitura e entendimento para muitos(as) jovens. Tal dificuldade pode ser atribuída a problemas do próprio Caderno, mas também deve ser considerado o perfil heterogêneo do Grupo, a diversidade de compreensão, habilidades e formas (ou ausência delas) de acesso à leitura pelos(as) jovens da RMB.

O CD-ROM é bastante ilustrativo e possibilitou facilitar o entendimento do assunto. A apresentação do CD foi fundamental para contextualizar os(as) jovens na temática proposta, fixar as informações e configurar o panorama da situação da juventude no país. A apresentação repetida dos Caminhos Participativos possibilitou uma melhor compreensão da proposta apresentada pelo(a) facilitador(a). Tendo em vista a diversidade de informações, foi necessário estabelecer pausas pontuais para reforçar de forma expositiva o conteúdo, para esclarecimentos e comentários dos(as) jovens, principalmente ao final de cada Caminho Participativo.

Além dos *banners*, que indicavam tópicos da temática do Grupo de Diálogo, a agenda do Dia, o roteiro de apresentação dos(as) participantes e dos comentários finais, os *painéis informativos* foram um ótimo suporte aos quais os(as) jovens se reportaram com frequência.

Os questionários Pré e Pós-Diálogo, na RMB, foram simbolizados pelas cores azul e rosa, respectivamente. Foram distribuídos conforme o código no crachá de cada jovem. Durante a distribuição, relacionaram-se os Caminhos expressos nos questionários ao conteúdo dos CDs, explicando-se que possuíam códigos e não deveriam ser identificados.

O processo de facilitação ocorreu em três dimensões: conduzido pela equipe técnica, que deu as boas-vindas, conduziu os comentários e opiniões iniciais e finais dos(as) participantes, durante as plenárias Pós-Diálogo e no encerramento; nos pequenos Grupos, conduzido pelos(as) bolsistas; em momentos pontuais por uma bolsista, que aplicou técnicas, à luz da dinâmica de grupo.

2.3. Perfil dos(as) participantes

Em Brasília, aconteceram cinco sessões de Grupos de Diálogo, nos meses de abril e maio. A primeira, com jovens que já tinham alguma experiência de participação (nove jovens de 15 a 24 anos); outra, com jovens de 18 a 24 anos; uma terceira, com jovens de 15 a 17 anos; uma quarta sessão, com jovens de 15 a 24 anos e a última sessão, com 36 jovens de 15 a 24 anos. Do universo de 600 jovens que participaram da pesquisa de opinião na RMB, foi selecionada uma amostra de cerca de 200 jovens, de 15 a 24 anos, para participar dos Grupos de Diálogo. Numa análise geral desses(as) jovens, identificou-se uma quantidade distinta entre aqueles(as) que foram convocados(as), os(as) que confirmaram e aqueles(as) que efetivamente compareceram. Como pode ser ilustrado na tabela 1, ao todo, foram feitas 364 convocações, salientando-se que houve situações em que jovens que não compareceram na primeira convocatória foram convidados novamente.

Tabela 1 – Situação de realização dos GD da RMB

Característica do GD	Data de realização	Convocações	Confirmações	Comparecimento
Com experiência participativa	03/04 – Domingo	41	35	09
18 a 24 anos	09/04 – Domingo	40	33	03 (cancelado)
	30/04 – Sábado	60	35	20 (repetindo a sessão cancelada)
15 a 17 anos	16/04 – Sábado	50	15	12
1º - 15 a 24 anos	07/05 – Sábado	85	20	13 jovens
2º - 15 a 24 anos	14/05 – Sábado	88	41	36 jovens
Total	-	364	179	90

Do total de convocações, 179 confirmaram mas, efetivamente, compareceram 90 jovens de 19 das 28 cidades, ou Regiões Administrativas do Distrito Federal, com predominância absoluta de jovens da Ceilândia (19), Santa Maria e Gama, com nove jovens, e Sobradinho e Plano Piloto³, com oito jovens. As cidades com menor número de comparecimento foram Paranoá, Brazlândia e Candangolândia, com um(a) participante de cada.

Tabela 2 – Cidades da Região Metropolitana de Brasília

Nome da Cidade	Nº de Participantes
Sobradinho	08
Ceilândia	19
Plano Piloto	08
Santa Maria	09
Guará	03
Gama	09
Águas Claras	03
São Sebastião	05
Estrutural	03
Paranoá	01
Recanto das Emas	06
Riacho Fundo	02
Planaltina	02
Samambaia	07
Taguatinga	03
Brazlândia	01
Candangolândia	01
Total	90

O perfil dos(as) 90 jovens de 14 a 25 anos que aderiram aos GD revela maioria masculina, com 53 rapazes, e uma representação feminina de 37 moças. A maioria é da classe C, com 42 jovens, seguidos das classes D/E, com 29 jovens, e das classes A/B, com 19 jovens. Os dados sobre o grau de escolaridade atestam que todos(as) freqüentam ou freqüentaram a escola, sendo que 21 declararam ter o Ensino Fundamental, 55, o Ensino Médio e 14, o Ensino Superior. Dos(as) 90 jovens, 36 trabalham (conferir tabelas 3 abaixo e 4 em anexo).

³ No Plano Piloto, estão incluídos os(as) jovens do Cruzeiro e do Lago Norte.

Tabela 3 - Perfil por Grupo de Diálogo

Características do GD ⁴	Total de participantes	Classe			Sexo	
		A/B	C	D/E	Mulheres	Homens
Experiência Participativa	09	01	06	02	03	06
18 a 24 anos	20	05	11	04	08	12
15 a 17 anos	12	03	07	02	05	07
1º - 15 a 24 anos	13	03	05	05	06	07
2º - 15 a 24 anos	36	07	13	16	15	21
Total	90	19	42	29	37	53

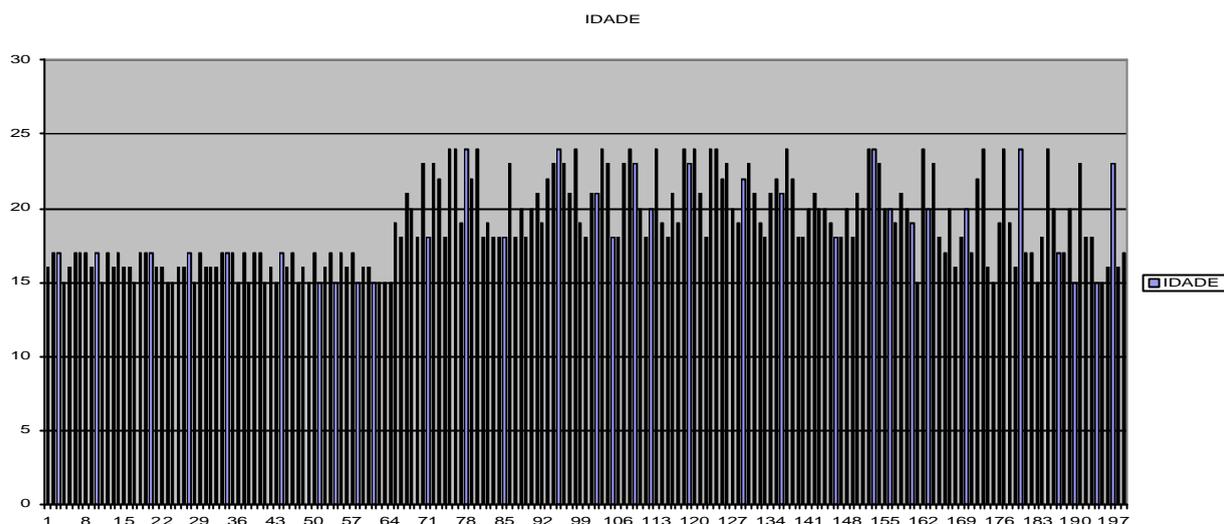
Este perfil confirma aquele configurado na pesquisa de opinião, o qual evidencia superioridade numérica dos rapazes em relação às moças, a maioria da classe C, seguida das classes D/E. Numa tendência verificada em quatro GD⁵, também se reafirma a maioria de católicos(as), dos(as) que não têm filhos(as) e dos(as) jovens que não estão estudando, sendo eles(as) cerca de 30%.

Aqui, ao contrário da primeira etapa da pesquisa, em que a maioria de participantes estava na faixa etária de 21 a 24 anos, os(as) jovens desta faixa etária foram os(as) que menos se disponibilizaram a participar da segunda etapa. Como demonstra o gráfico abaixo, a maioria dos(as) jovens que se dispuseram a participar dos Grupos de Diálogo e que compareceram aos GD tinha entre 18 e 20 anos.

⁴ No GD com jovens de 18 a 24 anos e no último GD, com jovens de 15 a 24 anos, compareceram, respectivamente, uma jovem que já completara 25 anos e um adolescente que ainda tinha 14 anos, mas declarou, na PO, ter 15 anos.

⁵ Levantamento realizado a partir da técnica de apresentação.

Gráfico I: Idade dos(as) jovens que se dispuseram a participar dos GD



Embora a maioria esteja freqüentando o Ensino Médio, reafirma-se a defasagem escolar já observada na PO e confirmada pelos dados do IBGE. Os dados retratam uma clara defasagem entre a série e a idade⁶, com atraso no fluxo escolar, tendo em vista que, pelo sistema educacional brasileiro, o(a) adolescente, aos quinze anos, deveria estar ingressando no Ensino Médio. O IBGE, embora admita a considerável defasagem no fluxo de escolaridade dos(as) jovens brasileiros(as), argumenta que ela vem diminuindo nos últimos três anos.

Em termos de trabalho, os dados acompanham uma tendência aproximada da PO, no sentido de que a maioria dos(as) jovens que compareceram aos GD (cerca de 60%) não está trabalhando.

2.4. A participação dos(as) jovens nos diferentes grupos

Quanto às características dos Grupos e diferenças entre eles, alguns fatores podem ser destacados (cf. anexo I). Não houve diferenças consideráveis entre os Grupos, conforme reiterado no item 7 deste relatório, nem especificamente entre o Grupo com experiência prévia de participação e os demais. Em geral, como características comuns dos Grupos é possível identificar: a facilidade de entrosamento dos(as) jovens, a polarização das falas entre alguns(mas) jovens e o espírito de liderança das moças além da disputa às vezes acirrada

⁶ De acordo com o IBGE, “a análise da freqüência escolar deve ser qualificada levando-se em conta a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, no qual a educação formal completa se encontra estruturada em um mínimo de 15 anos de estudo: oito anos para o Ensino Fundamental, três anos para o Ensino Médio e um mínimo de quatro anos para a educação superior. As idades consideradas adequadas a esses níveis de ensino são, respectivamente, 7 a 14 anos (sendo 7 anos na primeira série, 8 na segunda, em diante); 15 a 17 anos (15 anos na primeira série, 16 na segunda e 17 na terceira); e 18 a 24 anos (considerando as distintas durações de casa curso)”. IBGE; 2005.

entre elas, que marcaram presença e se distinguiram em um dos Grupos de 15 a 24 anos polarizando a discussão e formando blocos de opiniões distintas.

A temática da educação teve rebatimento em todos os perfis etários e nos vários momentos das sessões. Em particular, as questões mais preocupantes dos comentários iniciais como o trabalho tiveram maior destaque nos Grupos com jovens de 18 a 24 anos. Enquanto aquelas que se sobressaíram nos comentários finais, relacionadas à credibilidade nos(as) políticos(as), juventude, pobreza tiveram maior destaque no último Grupo com jovens de 15 a 24 anos.

O GD com experiência participativa foi o Grupo com menor número de comparecimento e de cidades contempladas. Sobressaíram, numericamente, os(as) jovens da classe C. Os(as) que menos compareceram foram os da classe A. Compareceram jovens de oito cidades, sendo a maioria do Recanto das Emas; seis eram rapazes; exceto os(as) jovens de 17 ou 23 anos que não participaram, todas as idades foram contempladas. Sete jovens não trabalham. Seis jovens concluíram o Ensino Médio. Há que se considerar, nesse Grupo, o destaque para a preocupação com violência nos comentários iniciais e a pouca credibilidade nos(as) políticos(as) nos comentários finais, sugerindo um certo pessimismo para esses segmentos da juventude.

O Grupo de 18 a 24 anos, com 20 jovens, teve como característica diferencial o trabalho, já que 50% deles(as) exercem alguma forma de trabalho. Esse foi o único Grupo com igual número de jovens que trabalham e que não trabalham. Como no primeiro GD, sobressaíram os rapazes, jovens da classe C e aqueles(as) com Ensino Médio completo. O menor comparecimento foi das classes D e E. Aqui, obteve-se a adesão de jovens de dez cidades, sendo a maioria de Ceilândia.

O Grupo de 15 a 17 anos, com 12 jovens, apresentou características semelhantes aos demais: sobressaiu a classe C, predominaram os rapazes, os(as) jovens que não trabalham, os(as) que concluíram o Ensino Médio e os(as) que moram na Ceilândia.

O 1º GD com jovens de 15 a 24 anos teve 13 jovens, apresentando como características diferenciais a classe social e o trabalho juvenil. Nesse Grupo, mais da metade dos(as) participantes declararam trabalhar. Os(as) jovens das classes C, D e E compareceram, numericamente, em igualdade. Em consonância com os outros Grupos, a maioria era de rapazes, com o Ensino Médio concluído. Participaram jovens de nove cidades. Não houve diferença significativa em termos de número de comparecimento por cidade.

A principal característica do último GD, com 36 jovens, de 15 a 24 anos, foi quanto ao comparecimento. Esse foi o Grupo maior e o mais difícil de trabalhar. Diferentemente dos outros, nesse Grupo predominaram jovens das classes D e E, e participaram jovens de 15 cidades. Em semelhança aos demais, a maioria era de rapazes da Ceilândia, que não trabalham e concluíram o Ensino Médio. Todas as idades foram contempladas.

Apesar da resistência dos(as) jovens em participar dos GDs, evidenciou-se a importância atribuída por aqueles(as) que aderiram. Isso pôde ser confirmado seja quando enfatizaram ter deixado de realizar alguma atividade importante para estarem nos Grupos de Diálogo, seja nos comentários finais, quando manifestarem satisfação em discutir as temáticas propostas.

2.5. Análise global da metodologia dos Grupos de Diálogo: a experiência brasileira

Para efeito de análise, apresentam-se alguns aspectos sobre a metodologia de Grupos de Diálogo, na pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação nas esferas políticas e públicas*, com base na experiência da RMB, considerando o seu caráter inovador e, sobretudo, o seu aspecto inédito, para os(as) jovens participantes e para a equipe regional.

A compreensão da experiência da metodologia dos Grupos de Diálogo no Brasil e, em particular, na RMB, situa-se no contexto das preocupações em repensar e reinventar, no âmbito dos processos de investigação social, mecanismos que contribuam para uma nova forma de pensar a formulação de políticas sociais, na construção de uma sociedade democrática. Sob esse ponto de vista, a metodologia dos GD caracteriza-se como um método alternativo de investigação, na busca persistente de caminhos novos, no contexto de uma realidade que sempre é mutável. Ao considerar as dimensões quantitativas e qualitativas, esse modelo metodológico, principal mecanismo desta pesquisa, parte da compreensão de que, entre quantidade e qualidade não existe dicotomia, pois são partes distintas do mesmo fenômeno.

Os Grupos de Diálogo atuam num estágio intermediário, do “trabalho sobre” valores e escolhas, podendo influir nesse julgamento. Com base nesse entendimento e na experiência brasileira é possível tecer alguns comentários. A metodologia em questão estimula o processo de aprendizagem, favorecendo ao(à) jovem tomar como ponto de partida a sua própria realidade, estabelecer vínculos, enfrentar o conflito de valores e se basear num ponto de vista individual, ampliando e compartilhando-o e, no mínimo, tomar consciência sobre o que deseja. Não obstante a dificuldade de adesão, entre os(as) jovens que compareceram, vários(as) explicitaram a surpresa e a satisfação de participarem.

As dificuldades identificadas no processo dos Grupos de Diálogo podem ser dimensionadas em dois níveis: as relacionadas à operacionalização e aquelas advindas da metodologia. Em termos das dificuldades operacionais, destacam-se o processo de convocação, particularmente em relação aos endereços e telefones incorretos ou inexistentes, os dias de realização das sessões, que foram em finais de semana e a dificuldade de adesão (confirmação e comparecimento) dos(as) jovens.

Sobre as dificuldades na aplicação da metodologia, destacaram-se:

- a) A garantia da proporcionalidade nos subgrupos. O comparecimento dos(as) jovens, abaixo do esperado, dificultou a manutenção da proporcionalidade entre sexo, faixa etária, classe social e cidade.
- b) A garantia do tempo proposto para cada passo do Dia de Diálogo, tendo em vista o ritmo dos Grupos. Em geral, foi necessário mais tempo do que o previsto.
- c) A dispersão nos pequenos Grupos, no período da tarde: as conversas paralelas e as 'viagens mentais' foram mais freqüentes, em decorrência do sono e da preguiça pós-almoço e da própria leitura do material, que era densa.
- d) A dificuldade de entendimento dos Cadernos: além do sono e da preguiça, a densidade do Caderno, a leitura de informações desconhecidas, entre outros aspectos, dificultaram o trabalho dos Grupos da tarde. Na opinião da equipe da RMB, ele se adequaria mais a um processo formativo mais longo.
- e) A polarização da fala e a dificuldade de alguns(mas) jovens de se expressarem e de participarem, tanto nos pequenos Grupos como nas plenárias. Isso foi mais marcante no último Grupo, que era mais numeroso.
- f) A dificuldade de autofacilitação, nos pequenos Grupos, e o desempenho das mulheres, que sobressaíram na organização e desenvolvimento dos pequenos Grupos.
- g) sobre os questionários Pré e Pós-Diálogo, embora os(as) jovens não tenham evidenciado dificuldades em respondê-lo, o questionário Pré-Diálogo deveria anteceder o CDROM, possibilitando abertura à real opinião do(a) jovem, livre da influência do CD. Na percepção dos(as) facilitadores(as), a ficha Pré-Diálogo poderia ter uma linguagem mais acessível. Para eles(as), os três Caminhos abordados inicialmente apareceram como algo incompreensível para o(a) jovem e do qual nunca ouviu falar.

Em contraponto às dificuldades, é possível destacar alguns pontos altos dos Grupos de Diálogo realizados no Distrito Federal:

- a) a metodologia permite aos sujeitos ficar em pé de igualdade: se, por um lado, a diferença de gênero, classe e idade foi notória nas falas ou no comportamento, por outro, observou-se que, no relacionamento interpessoal, esses aspectos não tiveram tanta importância;
- b) a facilidade de entrosamento entre os(as) jovens, ao mesmo tempo em que se mostraram atentos(as) diante do desafio de lidar com algo nunca visto;
- c) o processo de reflexão demonstrado por alguns(mas) jovens que, ao final, manifestaram-se impressionados(as) com a experiência;

- d) a importância atribuída pelos(as) jovens aos GD como espaço de participação, reflexão e tomada de consciência, explicitando a omissão da escola em discutir tais assuntos. Alguns(mas) jovens, naturalmente, participaram mais, e outros(as), menos;
- e) o espírito de liderança das moças contribuiu para a organização e a motivação dos Grupos
- f) o respeito observado entre os(as) jovens, ao discordarem entre si;
- g) a boa receptividade às dinâmicas de grupo, imprimindo criatividade e ludicidade ao trabalho; e
- h) sem desconsiderar a experiência de cada um(a), percebeu-se uma evolução no pensamento dos(as) jovens; num processo de reflexão e de socialização, muitos(as) deles(as) chegaram a uma opinião comum e, às vezes, diferente daquela com a qual chegaram ao evento.

Finalmente, ficaram duas grandes indagações. Uma, em relação ao processo de facilitação: apesar de todos os cuidados para não interferir ou emitir opinião, até que ponto pode-se garantir que não há influência do(a) facilitador(a)? Sobretudo na problematização dos Caminhos, percebeu-se a dificuldade em manter a postura de neutralidade. No entendimento dos(as) bolsistas, essa situação se agravou nos pequenos Grupos, em que o desafio de lidar com algo desconhecido ou pouco conhecido impediu, inclusive, a autofacilitação. No cuidado de não interferir nos pequenos Grupos, muitas questões debatidas nestes não foram retomadas nas plenárias.

Outra questão, já evidenciada na pesquisa de opinião, foi: por que, mesmo apresentando-se as condições adequadas para a participação, 60% dos(as) jovens que se disponibilizaram, anteriormente, a participar dos Grupos de Diálogo mudaram de opinião e não aderiram ao convite? Esse dado é particular dos segmentos juvenis ou é comum em outras pesquisas dessa natureza? As respostas poderão ser buscadas com o desdobramento desta pesquisa.

2.6. Análise sobre a organização da pesquisa em rede

Compreende-se que a estratégia do trabalho em rede e das formas de comunicação (seminários internos e fórum eletrônico) foram desafiantes e imprescindíveis para o sucesso da pesquisa. Os primeiros fatores desafiantes foram o de trabalhar com uma metodologia diferente e pouco (ou quase nada) conhecida, com uma equipe com trajetórias distintas e, sobretudo, o exercício de trabalhar diferente do que se está acostumado(a), com um público de perfil mais conhecido e, em geral, pobre. Outro desafio refere-se à composição das instituições e equipes que fazem parte da rede, com suas diferenças e particularidades regionais.

Já a importância dessa estratégia, pode-se destacar a riqueza de saberes, o empenho e a agilidade na realização das etapas nas oito Regiões Metropolitanas e o fortalecimento da concepção de trabalho articulado. Sobre o sucesso da experiência em rede, cabe ressaltar as qualidades e imperfeições comuns a todo processo participativo, democrático e inovador, no qual os equívocos são instrumentos para futuros acertos. Dessa forma, sobre os atores que tornaram possível o balanço da rede, foi imprescindível o papel da coordenação nacional e das equipes regionais.

Sobre a coordenação nacional, cabe mencionar a postura democrática, de abertura, leveza e de firmeza na condução do processo e, particularmente, na condução da metodologia, considerando a sua atuação numa experiência inédita e pouco conhecida para toda a equipe brasileira. Na animação do Fórum Eletrônico, essa coordenação poderia ter se feito mais presente, inclusive no retorno das questões a ela dirigidas, o que, provavelmente, poderia ter propiciado mais agilidade nas respostas às demandas das equipes regionais. Não obstante, a dimensão das responsabilidades assumidas pela coordenação, desde o recebimento dos relatórios quantitativos da primeira etapa da pesquisa e as demandas decorrentes desta, pode ter contribuído para o seu limite de atuação na estratégia do Fórum Eletrônico, evidenciando a necessidade de uma equipe maior, ou talvez um cronograma mais elástico.

Em termos das equipes regionais, embora, no Fórum Eletrônico, algumas tenham participado mais, outras menos, sem desconsiderar aqui as expressões de habilidades de fala e de escrita de alguns, mais que de outros(as), pode-se afirmar que as equipes regionais, aliadas à equipe nacional, constituíram uma equipe afinada. Do que pôde ser lido por todos(as), nos espaços coletivos do Fórum Eletrônico, embora a comunicação tenha fluído e os prazos e as demandas da coordenação nacional tenham sido relativamente cumpridas, teria sido mais rico se os produtos da primeira etapa, de todas as Regiões Metropolitanas, tivessem sido socializados no Fórum Eletrônico.

Finalmente, com o sucesso da experiência, pode-se apontar como perspectiva o desejo de desdobramentos e da continuidade de investigações que possam contribuir para uma maior compreensão do universo juvenil, que permita a produção de conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas, o mais próximo possível das necessidades desses sujeitos.

O Conteúdo

A segunda parte deste analisa o conteúdo trabalhado durante as sessões de Diálogos, na parte da manhã e da tarde, tendo como referência os passos do Dia de Diálogo e as duas grandes questões: *O que os(as) jovens desejam para o Brasil nas áreas de educação, trabalho, cultura e lazer?* e *Que contribuição os(as) jovens poderiam dar para tornar esses desejos realidade?*

3 – Comentários iniciais

As preocupações apresentadas pelos(as) jovens, nos comentários iniciais – primeiro passo do Dia de Diálogo – abrangem uma série de temas relacionados às políticas públicas, como educação, saúde, cultura e lazer, trabalho, ao uso de drogas, à violência, à fome, à prostituição, à gravidez precoce e à discriminação política.

Tabela 5 – Comentários iniciais

Comentários Iniciais (temas/ questões)	GD 15-18 anos	GD 18-24 anos	1º GD 15-24 anos	2º GD 15-24 anos	1º GD Exp. Partic.	Total
Educação / Descaso com a educação	1	6	5	7	2	21
Saúde / Descaso com a saúde	1		1	3		05
Violência / Falta de segurança / Criminalidade	4	3	5	12	3	27
Fome / Miséria do Brasil / Indigência	-	-	-	3	1	04
Decisão do Governo	-	-	-	1	-	01
Descaso político / Desinteresse do governo com a população / Descaso do governo com os(as) jovens	-	-	1	2	-	03
Política / Corrupção política	-	3	-	1	-	04
Prostituição	-	1	-	-	-	01
Gravidez precoce	-	1	-	-	-	01
Falta de lazer / Falta de lazer para adolescentes carentes / Falta de conhecimento cultural	-	1	2	-	-	03
Drogas, drogas na adolescência	1	1	1	1	-	04
Emprego / Oportunidade para os(as) jovens / Desemprego/ Inserção no mercado de trabalho / Trabalho infantil	2	9	7	8	2	28
Desigualdade Social / má distribuição de renda	1	-	2	-	-	03
Discriminação / Preconceito / Preconceito em relação ao(à) negro(a) e índio(a) (racial)	1	-	1	2	1	05
O que todos falaram / Preocupa tudo	-	-	-	2	-	02
Falta de participação	-	-	-	1	-	01
Os(as) jovens de hoje	-	-	-	1	-	01

Na RMB, o **trabalho** e a **violência** lideram as preocupações dos(as) jovens que participaram das sessões de Diálogo. A questão do **trabalho**, uma das duas principais preocupações dos(as) jovens, refere-se, basicamente, à falta de emprego e de oportunidade para os(as) jovens, com dificuldades de inserção no mercado. Essa preocupação pode ser ilustrada pela fala de um jovem, que responsabilizou o governo e os(as) empresários(as) pela falta de oportunidade de trabalho dos(as) jovens: *“Acho que é a falta de oportunidade que o governo e as empresas não dão para os jovens em termo de serviço”* (GD de 15 a 24 anos). Sobre a violência, eles(as) destacaram a falta de segurança e o alto índice de criminalidade. Não raro, os(as) jovens relataram experiências de assalto.

As preocupações relacionadas **à educação** ocupam o terceiro lugar e se referem à falta de interesse e descaso do governo com a educação, conforme pode ser exemplificado por um jovem, que enfatizou a preocupação como o *“descuido com a educação”*. Outro jovem mencionou *“...o descaso com a saúde e com a educação que estão precários e o governo que não faz nada”* (GD de 15 a 24 anos).

Outros aspectos relevantes referem-se ao descaso com a **saúde**, a **discriminação/preconceito** social, particularmente, contra o(a) negro(a) e o(a) índio(a) e o alto índice de uso **de drogas** na adolescência. O exercício da participação parece não ser uma preocupação comum dos(as) jovens que participaram dos GD, tendo em vista que foi mencionada em apenas uma das sessões por um dos jovens.

4 – Semelhanças e diferenças: que Brasil queremos e como chegar lá?

Este item aborda o diálogo dos(as) jovens no qual refletem e opinam, manifestando semelhanças, ou consensos, e diferenças sobre o que querem para a educação, o trabalho, a cultura e o lazer e que Caminhos propõem, em termos de contribuir para atingir os seus objetivos. Para essa reflexão, primeiramente foi apresentado aos(às) jovens a seguinte questão: *Pensando na vida que você leva como jovem brasileiro(a), o que você acha que precisa mudar na educação, trabalho, cultura e lazer?* Com base nos Diálogos, apresenta-se uma análise sintética sobre o pensamento dos(as) jovens referente a essa questão discutida na parte da manhã (cf. anexo II).

De antemão, vale ressaltar que nos GD realizados em Brasília, o racismo/discriminação e a segurança/violência perpassaram os quatro temas abordados nos pequenos Grupos. Aquele referente ao racismo apareceu em praticamente todos os Grupos, em que os(as) jovens afirmaram que há discriminação contra os(as) negros(as) e quanto à condição financeira.

4.1. A educação

A educação foi o tema mais debatido, tanto nos pequenos Grupos quanto na plenária. Os Diálogos apontaram várias categorias de análise, que refletem desejos e preocupações dos(as) jovens referentes à educação brasileira. A qualidade do sistema educacional público perpassou todos os Grupos de Diálogo, mais especificamente no tocante à precariedade das escolas e à situação dos(as) professores(as). Percebeu-se que a falta de qualidade na escola pública está vinculada à precariedade do conjunto do sistema, como a falta de infra-estrutura nas escolas, o número de professores(as) e de escolas muito abaixo do necessário, a falta de qualificação e o desinteresse dos(as) professores(as), a superlotação nas salas de aula, a quantidade de matérias a serem assimiladas em pouco tempo (caso do ensino supletivo e do ensino regular também), inclusive a localização da escola.

A falta de infra-estrutura nas escolas públicas e a falta de professores(as) foram alvo de preocupações em todos os Grupos de Diálogo. Na visão da maioria dos(as) jovens, as escolas públicas carecem tanto de material pedagógico como de livros, de computadores, de carteiras e de profissionais da educação. Como bem afirma um jovem do 2º GD da faixa etária de 15 a 24 anos, *“Falta tudo: falta professor, falta cadeira, falta cadeira especial, falta escola suficiente, falta lazer, falta segurança, falta lanche adequado, falta respeito”*.

Os(as) professores(as) foram alvo de muitas outras considerações dos(as) jovens. Em praticamente todos os GD, com exceção do GD de 18 a 24 anos, foi consenso, a falta de professores(as) nas escolas públicas. Outra preocupação recorrente nos GD é a carência de

escolas públicas de qualidade para atender à demanda existente de alunos(as), fazendo, muitas vezes, com que as pessoas passem dias nas filas para conseguirem se matricular. É o que afirma um jovem da faixa etária de 15 a 18 anos: *“E também faltam vagas, por exemplo, tem pessoas que dormem na fila pra poder conseguir vagas, e tem pessoas que conseguem a vaga e estão atrapalhando. (...) Então eu acho que, por exemplo, a melhor escola está lotada e a pior fica vazia, o certo seria o governo melhorar a pior escola e a escola que está lotada, levar os alunos de lá para a que tá vazia”*.

Além da dificuldade de acesso às escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, os(as) jovens apontaram a dificuldade de acesso à educação superior pública, principalmente daqueles(as) estudantes oriundos(as) das escolas públicas. Para um jovem do GD com experiência participativa se referindo ao vestibular, *“... o pessoal da escola pública é mais difícil entrar na faculdade pública, tipo na UnB. A gente se acaba de estudar para entrar na UnB e é muito dificuldade. Você está na escola pública, ela tem greve, falta professor e não tem uma cobrança em cima dos alunos”*.

Outro aspecto que contribui para a dificuldade de acesso é a necessidade de os(as) jovens de baixa renda terem de trabalhar. Um jovem do 1º GD de 15 a 24 anos afirma que *“no caso da UNB, que você tem aula de manhã, de tarde, de noite e de madrugada, se a turma concordar. Uma pessoa assim, no meu caso, eu queria muito fazer na UNB, além de ser bem conceituada é de graça e tal, mais tenho que trabalhar”*.

As reclamações dos(as) jovens sobre o funcionamento do sistema educacional do Distrito Federal não são sem fundamentos, e cabe ressaltar alguns aspectos. A falta de infraestrutura e de professores(as) têm sido temas recorrentes nos principais jornais de Brasília⁷. Outro aspecto é a reclamação dos(as) jovens de que o acesso a computadores e à internet está relacionado à classe social, reforçando os dados da primeira etapa da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia*. De acordo com esses dados, 49,7% dos(as) jovens da RMB têm acesso a computador, e 45,5% acessam à internet.

O perfil desses(as) jovens indica que quem mais acessa o computador e a internet são jovens das classes economicamente mais favorecidas. Aqui, reafirma-se a elitização da informação, por meio da exclusão digital, evidenciada na desigualdade de acesso a computadores e à internet. Dos(as) jovens dessa Região que têm acesso a computador, a grande maioria se concentra nas classes A e B (84,8%), enquanto um pequeno percentual (21,9%) se concentra nas classes D e E. Semelhantemente, enquanto as classes A e B apresentam o percentual de 81,7% de jovens que acessam a internet, esse percentual baixa para 19,9% nas classes D e E.

⁷

Conferir matérias do Jornal Correio Brasiliense publicadas em 19/02/05, 25/01/05 e CB, 4/03/05.

Um último aspecto a comentar é o acesso à educação superior pública. Na verdade, as opiniões dos(as) jovens, em termos das dificuldades de acesso ao Ensino Superior, são comprovadas na primeira etapa da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia* e, particularmente, no tocante à renda e dos(as) jovens, cujo Ensino Médio foi concluído em escola pública. Conforme já mencionado anteriormente, existe uma defasagem no fluxo escolar. De acordo com a primeira etapa da pesquisa, a maioria de jovens participantes estava na faixa etária de 21 a 24 anos (39%) e são provenientes das classes C (36,3%), D e E (33,5%). Apenas 33,8%, segundo lugar na pesquisa, haviam concluído o Ensino Médio ou mais, sendo que 88% estudaram em escola pública, e mais da metade (54,2%) não estavam estudando na época da pesquisa.

O vestibular da UnB é um dos mais concorridos no país, com mais de 30 mil candidatos(as) para menos de duas mil vagas, por semestre. Em alguns cursos, a concorrência ultrapassa 60 candidatos(as) por vaga. Esse nível absurdo de competição é resultado do abandono das universidades públicas pelo governo federal, a partir do início da década de 90. Por isso, 90% dos(as) jovens não têm acesso ao Ensino Superior. Só 3% estudam em universidades públicas, que oferecem ensino gratuito e de reconhecida qualidade. Não é falta de competência dos candidatos(as), é falta de vagas.

Os grupos que abordaram o racismo sob o prisma da educação⁸ ressaltaram a política de cotas como uma ação governamental que reforça o preconceito racial. Esse ponto de vista foi consenso em todos os Grupos de Diálogo, inclusive por jovens negros(as). Um jovem do GD de 15 a 18 anos fez o seguinte depoimento: *“O preconceito também das vagas, da cota da UnB, porque eu acho que isso é um preconceito, porque acabaram chamando os negros de burro por precisar de cotas para passar na UnB, né?”*. Ao se relacionar esse depoimento com o dado da primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia*, de que um índice expressivo de 95,4% jovens das oito RMs ‘Não Sabem’ ou ‘Não Opinaram’ (NS/NO) sobre o significado das políticas de cotas, e um índice pouco expressivo de 5,5% dos(as) jovens da Região Metropolitana de Brasília declararam saber o significado dessas políticas, verifica-se que as referidas falas não apenas reforçam a polêmica das políticas de cotas como evidenciam a visão distorcida e equivocada que os(as) jovens têm sobre as mesmas.

Na Universidade de Brasília, segundo Mulholland (2004), a política de cotas para negros(as) situa-se no contexto de uma política de ações afirmativas, com vistas a contribuir para a redução das desigualdades no Brasil. Sua política, da qual faz parte o sistema de cotas para negros(as), permite à universidade gerar resultados concretos, em relação ao acesso de jovens negros(as) qualificados(as), em maior quantidade, e modificar o perfil do corpo de alunos(as), em médio prazo, para se aproximar mais da composição racial da população. O Plano de Metas da instituição, voltado para a integração étnica, racial e social, enfoca a inclusão de estudantes negros(as) e indígenas, além da intensificação do apoio às escolas públicas.

⁸ Com exceção do Grupo com experiência de participação.

A violência foi outro tema naturalmente discutido pelos(as) jovens, pois se relaciona com as experiências vividas por eles(as) dentro e fora da escola. Em praticamente todos os Grupos, eles(as) apontaram a importância de se aumentar a segurança nas escolas como forma de redução da violência. Relataram que, não raro, alunos(as), professores(as) e diretores(as) sentem medo de tomar alguma atitude, receando represálias que, em muitos casos, vêm dos(as) próprios(as) alunos(as) da escola. De acordo com um jovem do GD com experiência participativa *“o diretor fica, às vezes, só dentro da sala dele, porque tem medo de passar no corredor, por ser ameaçado pelos alunos. Muitos ameaçam professores, diretores, por isso, eu acho que deve ter vigilante nas escolas, por causa disso. Está tendo briga lá fora, o guardinha não vai poder separar os meninos, porque podem reagir em cima dele, se for só um. Eu acho que deve ter segurança, sim, mais nas escolas”*.

4.2. O trabalho

O trabalho foi o segundo tema dialogado na parte da manhã. Os(as) jovens identificaram, basicamente, duas categorias relacionadas ao trabalho: acabar com o desemprego e a qualificação profissional. A discriminação racial, de gênero e de classe social foi apontada como um dos fatores de desemprego desses segmentos. Verifica-se que os(as) jovens não diferenciam o grau de discriminação, colocando no mesmo nível a discriminação racial, de gênero e de classe social, o que pode ser verificado no seguinte depoimento: *“Não só racial como a de sexo, também, geralmente, a gente, sabe, vamos supor, se a mulher for negra, for negra e for mulher tende a ganhar o mais baixo salário, digamos, da empresa”*. (GD 18 a 24 anos)

Em todos os Grupos, os(as) jovens apontaram a necessidade de o governo oferecer mais vagas de trabalho. Foi perceptível um descrédito quanto ao programa governamental Primeiro Emprego. Na maioria dos casos, afirmam ser muito difícil conseguir uma vaga pelo programa e não conhecem pessoas que tenham conseguido. Como bem expressa uma das falas, *“Passa na televisão que o governo do Distrito Federal dá oportunidade pra jovens que não trabalham, que não têm curso, essas coisas pro primeiro emprego, de jovens de 14 a 17 anos, mas você vai lá, é pura mentira. Tem que pagar, fazer isso, fazer aquilo”* (GD de 15-18 anos).

Foram bastante criticadas as ações de transferência de renda do governo, como o Fome Zero e as políticas assistencialistas do governo do DF que, no entendimento dos(as) jovens, “acomoda” a população. Os(as) jovens reconheceram a importância de criar mais postos de trabalho e de qualificar a população para exercer o trabalho, em vez de o governo gastar com auxílios que, no final, não resolvem, segundo eles(as), o problema. Na verdade, a opinião dos(as) jovens sobre os programas de transferências de renda evidencia a pouca compreensão de tais programas, sua concepção e sua pouca efetividade.

A oportunidade para se conseguir um trabalho é uma preocupação constante na fala dos(as) jovens. Eles(as) queixam-se das exigências feitas para conseguirem um emprego ou estágio. Curiosamente, a maioria percebe o estágio como uma oportunidade de emprego e não como uma forma de qualificação profissional. Reclamam que, na maioria das vezes, as pessoas que necessitam não têm a devida qualificação, como cursos de informática ou de línguas. A fala de um dos jovens do GD com experiência participativa explica que, *“para você arrumar um estágio, você tem que ter cursos. (...) Eu fui fazer inscrição, tinha os cursos que você fez. (...) Para você fazer curso, você precisa ter dinheiro para pagar. Então tem gente que não tem como fazer um curso e estão querendo um estágio. Então ela não tem capacitação de preencher aquela ficha. Então ela nem vai atrás porque não tem capacidade de fazer”*.

Como forma de sanar as dificuldades, os(as) jovens apontaram a necessidade de o governo ofertar cursos de formação (informática e línguas) e de profissionalização. Assim, a qualificação profissional se traduz na segunda categoria, apontada pelos(as) jovens no tema relacionado ao trabalho. De acordo com um jovem do 2º GD de 15 a 24 anos, *“... o governo deveria fazer mais projetos no sentido de especialização, como informática, cursos em eletrônica, cursos técnicos, tipo assim, sabe, mais a especialização daquilo, não só a pessoa ir lá procurar o emprego e ver que tem. O cara precisa do estágio, tem estágio no IEEL, no CIEE, procura, mas a pessoa tem que ter cursos de informática, especializações em informática, ter noção de inglês, espanhol, e ter especialização (...)”*.

O 2º, GD de 15 a 24 anos, também externou a preocupação de o mercado garantir mais vagas para o Ensino Superior que para o Médio. Muitas vagas de estágio ocupadas, tradicionalmente, por alunos(as) do Ensino Médio estão sendo preenchidas por alunos(as) do Ensino Superior. Isso exige uma ampliação na oferta de vagas para o Ensino Superior, bem como iniciativas que garantam a permanência do(a) aluno(a) no Ensino Superior. Nesse sentido, o Grupo concorda com as políticas de cotas conforme a renda: *“Em relação a cota conforme a renda, não de acordo com a raça”*.

A preocupação quanto ao desemprego juvenil se confirma na primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia*, que aponta um índice de 64,8% de jovens que estão sem trabalho. Destes(as), 51,2% estão procurando trabalho. De acordo os dados dessa primeira etapa, o alto índice de jovens que não estão trabalhando confirma outras pesquisas ou mesmo dados oficiais do governo, merecendo uma análise atenta sobre os(as) jovens que estão sem trabalho ou à procura.

Como se pode verificar, a taxa de desemprego é significativamente maior para os(as) mais jovens. Essa tendência é reafirmada pelo IBGE⁹, que comprova a redução da participação dos(as) mais jovens no mercado de trabalho e argumenta que isso acontece como reflexo do aumento da taxa de frequência à escola. O IBGE confirma a situação de jovens sem trabalho, configurada pela pesquisa, especificamente na RMB. Para os indicadores sociais de 2004,

⁹ IBGE, 2005.

os(as) jovens, além das moças e dos(as) mais escolarizados(as), constituem o grupo mais afetado pela desocupação, e essa é uma tendência que se tem verificado nos últimos anos, em função da maior inserção desses segmentos no mercado de trabalho, para contribuição com o rendimento familiar ou financiamento dos estudos.

Em termos de oportunidade de trabalho, apesar de os dados da primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia* revelarem que o acesso ao mundo do trabalho tem privilegiado, sobretudo, os(as) jovens das classes C, A e B, podendo-se inferir, a partir dos próprios dados, que eles(as) são os(as) que têm maiores e melhores oportunidades, como se pode perceber, essa ainda é a maior preocupação dos(as) jovens que participaram dos GD que, em sua maioria, eram da classe C.

Com base nos dados, é possível inferir, ainda, que as classes D e E, segundo lugar dos(as) participantes dos GD, são as mais prejudicadas, em termos de oportunidades. Destaque-se, ainda, de acordo com os referidos dados, que fazem parte das classes D e E a maioria dos(as) jovens trabalhadores(as) sem carteira assinada (25,4%) e os(as) autônomos(as), sem INSS (22,2%). Esse dado, por si só, já evidencia as desigualdades e as relações de precariedade nas condições de trabalho das classes mais pobres.

Segundo o relatório da primeira etapa, a desigualdade é reforçada com o dado de que a maioria significativa dos(as) estagiários(as) (11,9%) pertence às classes A e B, contra 2,5% e 3,2% das classes C, D/E, respectivamente, indicando a idéia de maior acesso a oportunidades a esta classe social. Há ainda a dificuldade de inserção dos(as) jovens em propostas de desenvolvimento/aprendizado profissional como as de estágio, a não ser aquelas de iniciativas governamentais, condicionadas a limites de renda familiar, como o trabalho aprendiz (a exemplo dos programas de “primeiro emprego”), nos quais os(as) jovens das classes D/E sobressaem, com 6,3% em relação aos(as) das classes A/B (3,4%), e da classe C (1,2%).

Os dados evidenciam a dificuldade dos(as) jovens em conciliar a vida conjugal, os estudos e o trabalho. As moças que trabalham estão em grande desvantagem em relação aos rapazes. Eles são 42,9%, e elas, 27,4%, confirmando as desigualdades de gênero da inserção no mercado de trabalho, aliadas à falta de oportunidades.

Outro aspecto a considerar é a qualificação profissional dos(as) jovens. De acordo com os dados da primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia*, ao serem indagados(as) sobre a realização de cursos além das aulas regulares, dentro ou fora da escola ou universidade, verificou-se que um índice considerável (34,3%) não fez ou faz nenhum curso, o que se repete tanto para os rapazes como para as moças, sem distinção de cor ou raça, e nos três níveis de instrução considerados. Há que se considerar que o índice daqueles(as) que não fizeram nenhum curso é consideravelmente maior para os(as) jovens das classes D/E (47,5%).

Entre os(as) jovens que fizeram ou estão fazendo esse tipo de curso, a preferência é para o curso de informática (49%). Em seguida, as escolhas são cursos profissionalizantes (16,9%), cursos de língua estrangeira (14,5%), esportes (11,9%), cultura (5,4%) e temas

religiosos (4,3%). Os demais cursos juntos (reforço escolar, pré-vestibular privado e comunitário e outros cursos) somam 13,4%.

4.3. A cultura e o lazer

Os outros temas abordados nos Diálogos da parte da manhã foram cultura e lazer. Com base nos Diálogos, observa-se que os(as) jovens identificaram basicamente cinco desejos em relação a essa temática: acesso à cultura, mais espaços de lazer, garantia de segurança nos espaços, eventos de cultura e lazer, incentivo à cultura brasileira.

Em todos os Grupos de Diálogo, foi consenso a necessidade de terem mais acesso à cultura e ao lazer. Como pode ser bem resumida na fala de um jovem do GD na faixa etária de 18 a 24 anos, “... é importante o lazer na vida dos jovens, porque todo jovem gosta de praticar o lazer, só que falta oportunidade mesmo, falta às vezes tempo, falta infra-estrutura, que é muito importante, e falta, acima de tudo, a segurança, que foi o ponto que ele frisou aqui”.

Uma reclamação bem recorrente foi quanto aos altos preços de ingressos nos eventos e da falta de espaços de cultura e lazer nas cidades satélites de Brasília. Essa reclamação pode ser sintetizada na fala de um jovem do GD de 15 a 18 anos, segundo o qual “...na cultura, os shows de hoje, tudo são caros, 30, 40, 50 reais, eu acho que devia abaixar mais o preço. Tem gente, por exemplo: povo que mora na estrutural não tem condições de pagar 100, 150 para ir para show pra ver o povo cantando”.

De acordo com o depoimento de outro jovem, do 2º GD de 15 a 24 anos, “... às vezes a Orquestra Sinfônica de Brasília vai apresentar uma peça, ‘Carmina Burana’, tipo assim, aí não tem uma divulgação muito grande, porque é uma coisa que tem uma cultura muito bonita, e négo não fala que é entrada franca, não é sempre divulgado, tem que divulgar mais isso”.

Outra questão que foi unanimidade entre os GD foi a falta de programações e espaços culturais, nas cidades satélites. Os(as) jovens reclamaram da concentração de atividades no Plano Piloto, área nobre de Brasília, inclusive de shows gratuitos, mas que exigem gasto com transportes até o local do evento, dos que não moram no Plano Piloto. Essa reclamação não é restrita apenas a espaços culturais, mas também de lazer. Em todos os GD, os(as) jovens fizeram alusão à falta de quadras e praças nas cidades satélites e que, quando existem, estão abandonadas e sendo ocupadas pelo tráfico de drogas. De acordo com um jovem do GD de 15 a 18 anos, “No lazer, também, eu acho que devia ter mais quadras esportivas, porque faltam quadras. As quadras que já existem no momento estão precárias, entendeu? Destruídas, ah, eles falam que vão reformar a quadra, aí chegam lá com tinta, pintam a quadra, pronto, tá aí a reforma. (...) E as quadras que prestam também são pontos de drogas, né?!?”

Os(as) jovens apontaram a necessidade de garantia de mais segurança nos espaços de lazer, assim como em eventos culturais. Para um jovem do GD de 15 a 18 anos, essa é mais uma “*questão de entrar o policiamento nessa área. Assim, o desfile do carnaval de Ceilândia, teve algum acidente? Não teve. Teve morte? Não teve, porque teve muito policiamento lá, todos usufruem, não teve assalto, não teve roubo, não teve nada*”.

Os(as) jovens dialogaram sobre a cultura e o lazer com bastante propriedade e expressaram a sua compreensão quando apontaram o pouco acesso da população à cultura e ao lazer e, como uma das conseqüências, o aumento da violência. A política cultural do Distrito Federal tem se apresentado bastante excludente. Iniciativas culturais gratuitas, como as do shopping Pátio Brasil e da rede de supermercados Pão de Açúcar, que promovem shows de qualidade, com artistas renomados, ou a programação do Teatro Nacional, do Centro Cultural do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, restringem-se, sobretudo, ao público residente no Plano Piloto. Os(as) jovens das cidades da RMB ficam excluídos(as) desses espaços, quer pela distância, quer pelo custo com transporte e com os serviços oferecidos nesses espaços.

Uma questão que se apresenta é sobre o papel da escola no incentivo à cultura e ao lazer, como parte do desenvolvimento dos(as) jovens. Até que ponto as escolas estimulam espaços culturais e de lazer, que favoreçam a participação dos(as) jovens? A primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia* apontou uma tendência entre os(as) jovens da RMB. Entre aqueles(as) que estão estudando, apenas 10,6% freqüentam a escola/universidade nos finais de semana, que não seja para assistir aulas regulares¹⁰.

A maioria dos(as) jovens costuma freqüentar¹¹ shoppings (58,5%) e centros culturais (52,7%). Também é significativo o número de jovens que freqüentam parques e praças (43,2%). Apenas 13,5% deles(as) costumam freqüentar teatros; 11,7% costumam freqüentar centros culturais e 10% freqüentam museus. Um índice expressivo, de 20% dos(as) jovens, não costuma freqüentar esses lugares. É importante salientar o intenso corte de classe social nesses costumes, com preponderância dos(as) jovens das classes A/B, que freqüentam esses espaços. O percentual de jovens que não costumam freqüentar os espaços relacionados aumenta significativamente (32,3%) em relação aos(às) jovens das classes D/E. Esses dados configuram uma situação, na qual parcela significativa de jovens da RMB não têm acesso a espaços de cultura e lazer.

Os dados da pesquisa *Juventude e Democracia* também indicam que, entre as atividades que a escola/universidade realizou, em 2004¹², a maioria realizou apresentações de teatro, dança, música, festivais culturais (55,1%) e festas (50,4%). Em seguida, vem a exibição de filmes e debates, com cerca de 47%. Em quarto lugar, aparecem os seminários/concursos de redação/feira de ciências (40,9%), ações comunitárias/trabalhos sociais (28,1%), visita a museus e exposições (23,4%) e excursões, com 22,3%. Observando o outro lado dessa

¹⁰ No conjunto de 274 respondentes, que afirmaram estar estudando, atualmente.

¹¹ Resposta múltipla e estimulada.

¹² Para o conjunto de 274 jovens, que afirmaram estar estudando atualmente.

moeda, pode-se afirmar que um índice considerável de escolas não realiza essas atividades, consideradas de fundamental importância no desenvolvimento pessoal dos(as) jovens.

Embora os dados indiquem um bom nível de adesão dos(as) jovens estudantes às atividades promovidas pelas escolas, a preferência de participação deles(as) não segue, necessariamente, a ordem das atividades promovidas.¹³ Aqui, observa-se que a maior participação é na exibição de filmes (78,5%) e nos seminários/concursos de redação/feira de ciências (75%). Em seguida, temos a apresentação de teatro/dança/música/festivais culturais (74,8%), as ações comunitárias/trabalhos sociais e as festas, ambas com cerca de 72%. A menor preferência de participação estudantil é em debates (69%) e em excursões (63,9%).

4.4. O processo dos caminhos participativos

Para a reflexão dos Caminhos Participativos, em consonância com a parte da manhã, foi apresentada aos(as) jovens uma outra questão na parte da tarde: *‘Pensando no que vocês listaram pela manhã que deve melhorar na educação, trabalho, cultura e lazer no Brasil, como vocês estão dispostos a participar para que essas melhorias se tornem realidade?’*. Com base nos Diálogos, apresenta-se uma análise sintética sobre o pensamento dos(as) jovens referente a essa questão.

O segundo Diálogo teve como pano de fundo três Caminhos Participativos: *‘Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta’*, *‘Eu sou voluntário(a) e faço a diferença’*, *‘Eu e meu grupo: nós damos o recado’*. Esse momento, realizado na parte da tarde, enfocou a opinião dos(as) jovens sobre o que estão dispostos(as) a fazer para concretizarem as propostas para o Brasil que desejam. Na RMB, a principal característica dos resultados dos Diálogos foi que, em todos eles, houve a combinação entre Caminhos com o consenso na junção e complementaridade entre todos ou entre alguns deles. Não houve nenhum GD que apresentasse como resultado apenas um ou outro Caminho como forma de participação dos(as) jovens na concretização de propostas para o Brasil que desejam, nas áreas em estudo.

De forma semelhante, todos os Grupos de Diálogo apresentaram como questão central, a organização de grupos para a atuação participativa. Para um jovem do 2º GD de 15 a 24 anos, *“a pessoa, quando trabalha sozinha, o trabalho não tem resultado. Pode até ter acesso, mas não avança muito. O grupo tem mais força”*. Já para outro do GD com faixa etária de 15 a 18 anos, *“é melhor o grupo do que o resto. Com o grupo, você pode formar todos aqueles objetivos; como grupo, futuramente você pode engajar na política”* (GD 15-18 anos).

¹³ Deve ser considerado que 274 jovens estudantes responderam sobre as atividades realizadas pela sua escola. Desse total, os números absolutos, para quem participou das atividades promovidas pela escola, é bem diversificado, demonstrando que vários(as) jovens entrevistados(as) não identificaram se participaram ou não.

Apenas no último GD houve uma diferença quanto à formação de grupos, em que alguns(mas) afirmaram acreditar que a atuação deveria ser exclusivamente por grupos, enquanto outros(as), embora reconhecessem que em grupo seria mais fácil trabalhar, argumentaram que não necessariamente tudo deveria ser por meio de dele: *“Eu acho que é importante o grupo, mais eu acho que não é tão importante assim, não precisa ser 100% em grupo”* (2º GD de 15 a 24 anos).

Em dois GD, o formado por jovens com experiência participativa e o último GD, com jovens de 15 a 24 anos, houve diferenças apenas quanto à forma de atuação. Alguns(mas) jovens acreditam que, na atuação política, não adianta dialogar ou contrapor o governo. Outros(as) destacaram a forma de atuação do voluntariado nas reivindicações políticas e, finalmente, aqueles(as) jovens que entendem que, não necessariamente, tudo precisa ser em grupo.

Em três GD, os jovens optaram pelo terceiro Caminho¹⁴, *‘Eu e meu grupo: nós damos o recado’*, pelo fato de privilegiar o trabalho em grupo desde o início. Para um jovem do GD de 18 a 24 anos, *“É a partir daquele grupo que a gente pode formar um partido entendeu? Que é dali que cresce, só que todas as pessoas que vão crescer tá junto de nós, que vão ter mesma idéia que a gente, entendeu? É o começo”*. Outro jovem do GD de 15 a 18 anos argumenta que *“No partido, tem pessoas que ainda não têm experiência, tão começando a ganhar experiência e vão apanhar muito. Eu acho melhor no grupo, porque mesmo demorando pra crescer, você cresce com o grupo”*. Já um jovem do 2º GD de 15 a 24 anos acredita que *“O terceiro Caminho é o começo de tudo enquanto grupo”*.

Diante desses dados, percebe-se que os(as) jovens reconhecem a importância de trabalhar em grupo para atingir seus objetivos. Embora o terceiro Caminho tenha sido o que obteve maior aceitação nos Diálogos, cabe ressaltar que, na visão dos(as) jovens, ele está associado à formação de grupos.

O trabalho do voluntariado, caracterizado pelo segundo Caminho, também foi preferência dos(as) jovens em três sessões de Diálogos e não foi escolhido como forma de participação, particularmente por uma das sessões, com jovens de 15 a 17 anos, mesmo aparecendo em um dos pequenos Grupos, e por outra, com jovens que tinham experiência em participação. Foram identificados dois aspectos importantes desse Caminho, em ambos os Grupos mencionados: o caráter individual do voluntariado e o ato de fazer um trabalho para a comunidade. Essa diferenciação foi fundamental para a escolha ou não do Caminho. Percebeu-se que esses dois Grupos não optaram pelo segundo Caminho pelo fato de ele se relacionar ao caráter individualista, que pode se apresentar como pouco compromisso e falta de qualificação para a realização do trabalho comunitário:

¹⁴ Apenas um pequeno grupo escolheu o Caminho 3 sozinho; todos os demais, que fizeram referência a esse Caminho, mesclaram-no com aspectos de outros Caminhos.

Porque o 3, inclusive o Grupo 1 colocou 'ele é mais cultural', mas também grupo de igreja. Em igrejas também vocês têm grupos, vocês podem ter atuação, podem ir na comunidade, e o Caminho 3 traz isso. (GD 15-18 anos)

... mesclando esse 1 e o 3, o trabalho fica mais formal, fica mais sério. O pessoal não vai estar trabalhando só por ser voluntário. O lance que colocamos no trabalho voluntário, é que a gente corre o risco dos voluntários assumirem o trabalho sem terem qualificação. A pessoa estar sozinha não é coletivo, (...) De repente, trabalhando coletivamente, tudo fica mais sério, o pessoal fica com mais vontade de trabalhar. (GD com experiência participativa)

Característica semelhante foi apresentada pelo GD de 18 a 24 anos, no qual apenas um pequeno grupo fez referência ao segundo Caminho, percebido como o início de um processo que levaria à formação do grupo: *“A junção do Caminho 2 com o 3, porque, na verdade, todo mundo sai sozinho, na vontade de ser voluntariado e acaba chegando lá e acaba indo pro Caminho 3, que e acaba encontrando o grupo. Eu não vou dizer que é impossível pra pessoas comuns, digamos assim que nem a gente, não quero dizer que aqui não tem nenhum rico eu não sei, mas é muito difícil pra gente com tantas questões financeiras, o nosso poder aquisitivo, a gente poder ajudar os outros sozinhos”*.

Quanto ao primeiro Caminho, que trata da vinculação institucional para a atuação participativa, percebeu-se que os(as) jovens relacionavam esse Caminho imediatamente à atuação política e ao governo, o que foi o fator responsável pelo aparecimento de diferenças, em três Grupos de Diálogo¹⁵. O destaque quanto ao resultado desses três GD é que, apenas no último (2º GD 15-24 anos), os(as) jovens concordaram que a atuação política em grupo é importante. No entanto, nem sempre é necessário esperar pelo governo, para realizá-la: *“Eu acho assim, que no grupo é importante você ter discussões, você tem muito mais força quando estar unido para poder falar com os políticos, mais você não precisa ficar sempre dependente do governo, você pode fazer suas ações também”*.

Nos outros dois GD, a não escolha pelo primeiro Caminho, por dois pequenos Grupos (um em cada GD), decorreu do descrédito no sistema político, o que provocou “diálogos” bastante calorosos, nos dois GDs: *‘Por isso, não vejo razão de ficar batendo boca com o governo aí na rua, quando posso, eu mesmo chegar lá com minhas próprias mãos, o meu esforço, pegar, sair de casa e falar: não, eu vou ajudar alguém, essa é a questão que estou levantando’* (GD 18 a 24 anos).

Para um jovem do 1º GD com jovens de 15 a 24 anos, *“... se tudo que a gente for fazer na vida, a gente for esperar por esse governo do nosso Brasil, a gente não vai conseguir fazer*

¹⁵ Grupos de Diálogo, com jovens de 18 a 24 anos, e os dois Grupos, com jovens de 15 a 24 anos.

nada. É por isso que a gente fica, a gente é um voluntário para se reunir e fazer a gente mesmo e não ficar esperando só por eles, se não, não acontece nada”.

Discordando, alguns(mas) jovens manifestaram outro ponto de vista. Um participante do GD de 18 a 24 anos entende que “... o caso não é você bater boca, é você buscar o seus direitos, se você tem direito você tem que buscar, entendeu?”. outro, do 1º GD de 15 a 24 anos argumenta que “... no caso que entra a questão de reivindicar os direitos, porque se a gente for fazer tudo e não deixar nada para eles, eles vão se acomodar naquilo e deixar. Ah, eles estão fazendo, então deixa”.

Entretanto, o descrédito no sistema político não foi consenso nos GD, como exemplificado acima. Nos GD, que apresentaram o primeiro Caminho como parte da alternativa, os(as) jovens ressaltaram a importância da participação política como a forma mais concreta de atingir os seus objetivos. Um deles manifestou o seguinte relato: “*Acreditamos que, futuramente, não hoje em dia mesmo, a política é a base de tudo, porque tudo que acontece envolve a política. Se você precisa da reforma de uma quadra de esporte e melhoria na educação, tudo envolve a política, e é esse o nosso pensamento, acreditamos que a política é a base de tudo*” (GD 15-18 anos).

Para outro jovem, do GD com experiência participativa, a *“Influência dos jovens nas diversas instituições de participações políticas, pressionam os governos para que invistam no desenvolvimento de política de acesso à cultura, esporte e lazer. Isso quer dizer, se a gente forma um grupo, todas as pessoas querem mudar, querem revolucionar, a gente consegue que o governo invista no desenvolvimento melhor, que é o caso”.*

Curiosamente, mesmo não tendo vivenciado o período da ditadura militar, alguns(mas) jovens, em dois GD, declararam que não desejam atuar por meio da manifestação política, tendo em vista que esta se contrapõe ao governo, o que pode gerar repressão: “... a questão é que eu abordo e bato em cima da tecla mesmo, é que quantas pessoas mais vão ter que morrer, a mídia mostrando isso para isso acontecer, entendeu? Não era mais fácil o governo ceder, entendeu? (...) A gente tenta encarar o problema de uma maneira de que não haja confronto com ninguém, e que todos saiam bem, entendeu?” (GD 18 a 24 anos).

Nesses dois Grupos, durante a plenária, os(as) jovens dissociaram o trabalho individual do trabalho realizado na comunidade, entendendo que o terceiro Caminho incorpora essa parte. No entanto, os demais Grupos ressaltaram o caráter do trabalho voluntário, desenvolvido para a comunidade, muito mais que o seu caráter individual.

Em síntese, observou-se que, embora os(as) jovens não tenham apresentado como preferência um ou outro Caminho Participativo, aglutinando todos ou alguns deles, o primeiro demonstrou ser o Caminho menos atrativo. Nesse sentido, o descrédito nas instituições políticas e, particularmente, naquelas governamentais, é uma das principais evidências para a pouca preferência dos(as) jovens pelo primeiro Caminho. Essa pouca preferência dos(as) jovens pelo primeiro Caminho (participação política) reflete os dados

da primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia*, que apresentam menor índice de participação juvenil: nos partidos políticos (0,7%), nos movimentos sociais, como saúde, educação, moradia (0,7%), nas ONGs (0,5%), em movimentos identitários, como o dos(as) negros(as), dos(as) indígenas, das feministas, da liberdade de opção sexual (0,3%), nos sindicatos ou associações profissionais (0,2%).

Com maior índice de adesão, os referidos dados indicam que, dos(as) 600 jovens entrevistados(as), no Distrito Federal, 10,3% participam ou tiveram alguma participação em grupos ou trabalhos voluntários. No entanto, dos(as) 25% de jovens que afirmaram participar de algum grupo, observou-se que os espaços privilegiados de participação juvenil são os religiosos (64,7%), as atividades relacionadas à música, dança e teatro (24,7%), esportivas(14%) e estudantis(12%).

Finalmente, sem desconsiderar a fragilidade da participação juvenil na RMB, evidenciada pela primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia*, reforçada pelas dificuldades de adesão dos(as) jovens para participar dos Grupos de Diálogo, os espaços desencadeados nas sessões indicam a receptividade, a sensibilidade e a visão crítica dos(as) jovens ao dialogarem sobre a realidade e o papel deles(as) na sociedade.

5 – Os caminhos participativos

O que se pôde observar foi que, em geral, em todas as sessões de Diálogo e, em cada sessão, especificamente, os Grupos conseguiram relacionar, de alguma forma, os Caminhos Participativos com as políticas, da parte da manhã. Alguns, definindo por um Caminho específico, pela junção dos Caminhos ou pela criação de outro Caminho, mas sempre relacionando-os aos Diálogos sobre educação, trabalho, cultura e lazer. Nesses Diálogos, não raro, surgiram outros temas, como os apontados nas preocupações iniciais dos(as) jovens. Embora esses temas não tenham chegado com tanta ênfase nas plenárias, de acordo com os registros dos pequenos Grupos, em particular, o tema da segurança foi comum durante os Diálogos.

Alguns Grupos, além de fazer a relação explícita, ampliaram a compreensão dos Caminhos para o plano da reivindicação política ou outras dimensões das políticas públicas, como a segurança e a religião. Da mesma forma, observou-se Grupos em que a discussão foi direcionada para contribuições específicas, como ajudar creches, organizar alunos(as) e professores(as) para melhorar a vida dos(as) alunos(as) e organizar grêmios estudantis, grupos de grafites sem, no entanto, articular essa contribuição no plano mais amplo da educação, da cultura etc.

A relação dos Caminhos Participativos com as questões da parte da manhã predominou, de forma significativa, no tocante à educação, tema mais focado pelos Grupos. Entende-se que essa dimensão da política pública está mais arraigada no cotidiano dos(as) jovens. Tal entendimento pôde ser confirmado, quando afirmaram que *“tudo passa pela educação”*, numa compreensão de que, também as dimensões do trabalho, da cultura e do lazer estão relacionadas à educação.

Isso pôde ser ilustrado quando mencionaram, por exemplo, que os(as) alunos(as) que tiveram formação em escola pública têm mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, ou que a organização de grupos nas escolas, nos finais de semana, dinamiza a vida dos(as) alunos(as), com a criação de grupos de dança ou de teatro.

Alguns Grupos conseguiram evidenciar a relação direta entre os Caminhos que escolheram e as áreas temáticas em discussão. A título de ilustração, um dos Grupos mencionou a importância de sua organização, na perspectiva de influenciar os(as) jovens, nas diversas instituições de participação política, pressionando os governos para que invistam no desenvolvimento de políticas de acesso à cultura e ao esporte e lazer. No âmbito da educação, o mesmo Grupo propôs a articulação entre alunos(as) e professores(as): *“No caso, a gente criaria ou abriria nos grêmios que já existem nas escolas um espaço para discutir as melhorias. Que são as melhorias das escolas e a melhor capacitação dos professores e alunos”* (GD com experiência participativa).

Outros GD destacaram, no âmbito da educação, a formação de grupos de pesquisas, nas escolas para identificar o que é preciso melhorar, levando esses problemas ao governo e também apresentaram propostas para o trabalho, a cultura e o lazer, conforme as falas abaixo.

Na cultura, a gente colocou pra formarem grupos de teatros, feiras culturais, cinemas mais baratos para todos, tipo assim, no grupo de teatro, a gente monta um grupo e fica indo pra varias cidades-satélite, apresentando essas peças de teatro, justamente nas cidades em que não tem cultura. (GD 18 a 24 anos)

E, no lazer, a gente colocou o seguinte: como várias pessoas falaram que as cidades em que moram não tem as quadras, só porque são um lixo, né?, e tudo. Não são construídas, mas totalmente destruídas, então a gente poderia tá montando grupos, que podiam estar fazendo a preservação das quadras e das praças. (1º GD de 15 a 24 anos)

Alguns(mas) jovens relacionaram expressões culturais à inserção no mercado de trabalho, como pode ser ilustrado na fala de dois jovens. Para um deles, *“A gente tinha discutido que precisava de mais teatros e tal, que isso iria gerar mais emprego pra jovens, então isso ia dar uma melhora”*.

Para outro jovem, *“... no caso de grupo de teatro, pra tá também serem uma forma de lazer, (...) a gente poderia estar abordando diversos temas, como: drogas, doenças sexualmente transmissíveis e várias outras, esses cinemas mais barato, a gente devia tá pegando todas as idéias e tá passando pra ata, né? E indo, assim, tentando arrumar um patrocínio pra gente lutar por isso”*.

Um aspecto que evidencia a articulação dos Caminhos Participativos com as temáticas da educação, trabalho, cultura e lazer foi evidenciado nas expressões dos(as) jovens quando defenderam determinado Caminho, vinculando-os às necessidades apresentadas na parte da manhã, pelos Grupos. Como ilustração, um jovem relatou, em um dos Grupos, nunca ter ido ao cinema, e outro relatou não participar da programação cultural no Plano Piloto, como as apresentações da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional ou do Projeto Vitrine do Pátio Brasil porque, embora esses eventos sejam gratuitos, eles(as) têm de pagar o deslocamento das suas cidades até o Plano Piloto. Esses relatos fundamentaram a fala de alguns(mas) jovens, na discussão dos Caminhos Participativos,

Alguns(mas) jovens, expressando a opinião do seu Grupo, abordaram uma perspectiva mais ampliada dos Caminhos, entendendo a participação num espaço micro do cotidiano, para conquistar uma transformação maior na sociedades: *“Nossa opinião é, assim, de querer mudar o nosso ambiente escolar, para que, no futuro, possa estar mudando a nossa sociedade. Se a gente começa no grupo pequeno, na escola, se a gente, se der certo, daqui a pouco nós podemos estar formando uma ONG maior, uma coisa mais expansiva” (2ºGD de 15 a 24 anos)*.

Um Grupo defendeu a junção do voluntariado com a livre organização, para atuar no âmbito da educação, do trabalho, da cultura e do lazer. Na educação, reportando-se ao Diálogo da manhã, propuseram auxiliar em aulas de reforço, formar grupos culturais de música, de dança, dar dicas para quem faz supletivos (palestras), elaborar apostilas para ajudar na qualificação de quem já concluiu o Ensino Médio. Em relação a trabalho, sugeriram eleger grupos para visitar as escolas, cadastrar jovens para empregos, fazer serviços para a comunidade, convidar outras pessoas para o voluntariado, reunir jovens formando cooperativas e oferecer serviços. Em relação à cultura, promover festas na comunidade, divulgação de bandas da comunidade, fazer campanhas, sorteios, bingos (para a reconstrução de quadras, de praças e centros comunitários), conscientizando a comunidade acerca da dificuldade dessas ações, promover aulas de dança, música, teatro etc., fazer acordos com casas noturnas pra diminuir o preço de determinados eventos.

Vários(as) jovens, ao enfatizar os aspectos mencionados, chamaram a atenção para a necessidade de envolver a comunidade. Um deles, que participou do 1º GD de 15 a 24 anos, compreende que *“... fazendo um movimento na comunidade para que outras pessoas também se disponham a ser voluntários, reunir jovens, formando cooperativas e oferecer serviços. (...) Na cultura, promover festas na comunidade, divulgação de bandas da comunidade, fazendo shows, só por divulgação mesmo, seria um modo de lazer também”*.

Mais uma evidência da articulação das escolhas dos Caminhos Participativos com os Diálogos da manhã aconteceu, por exemplo, quando escolheram um Caminho para garantir o acesso à cultura, conforme proposta consensual naqueles Diálogos. Para atender a essa necessidade, alguns Grupos defenderam uma ação voluntária de *“promover aulas de dança, música e teatro (...), fazer acordos com casas noturnas para diminuir o preço de determinados eventos, para quem não tem acesso, para quem não tem como pagar uma festa, então acho que deveria diminuir o preço”* (GD 18 a 24 anos). Finalmente, observou-se Grupos que limitaram-se a defender a organização política de forma mais generalizada, sem se ater à educação, à cultura e ao lazer.

6 – Caminho síntese

Talvez pelo cansaço, talvez pela quantidade de informações processadas durante o dia, mas ficou evidente a dificuldade dos(as) jovens em problematizar suas escolhas sobre as formas de participação para efetivarem seus desejos, resultando no pouco aprofundamento das problematizações. Mas, em geral, ao se apresentarem as possibilidades de problematização das escolhas que os(as) jovens apontaram para participar e contribuir com as mudanças que desejam, falou-se bastante em abrir mão do tempo, mas a grande maioria pontuou, como um primeiro passo, o fato de terem estado nos GD com seriedade e de estarem abrindo mão de algo para estarem ali, o que demonstrou a disposição e o interesse deles(as).

Como exemplo de relato dos(as) jovens durante a problematização das conseqüências, pode-se verificar o depoimento de um jovem do GD com experiência participativa segundo o qual *“Hoje, para estarmos aqui, abrimos mão de ir ao jogo do Flamengo, ir à festa do trance, ir almoçar na casa do namorado, ir para a igreja, ir jogar futebol, ir para o grupo de teatro, ir para a feira trabalhar, de estudar, de dormir, de ficar com minha filha, de assistir TV”*.

Em todos os GD, foi possível constatar que o fato de abrir mão de alguma coisa para mudar a realidade não impediu que a maioria dos(as) jovens estivesse disposta a participar. O que mais foi enfatizado por eles(as) foi a seriedade do trabalho a ser feito e o respeito à opinião dos(as) jovens. Para um dos jovens, *“se for uma coisa séria, que tivesse futuro, abriria mão até do meu trabalho”*. Para outro, *“Eu abriria mão do meu tempo livre de assistir TV, para formar a Força Revolucionária de Brasília – FRB”* (2º GD 15 a 24 anos).

Vários(as) jovens atentaram para a dificuldade de participação dos(as) jovens, observando que não é fácil abrir mão do que se está habituado a fazer para participar de algo que não necessariamente se pode dar certo e que portanto, alguns(mas) podem se interessar, mas outros(as) não. Eles(as) apontaram como exemplo a informação apresentada no início da manhã em termos do número de convocações para o Dia e o número de comparecimentos.

7 – Comentários finais

No processo desencadeado pelos comentários finais, de acordo com a tabela 6, o tema mais freqüente foi a credibilidade nos(as) políticos(as) e no sistema político. Em seguida, aspectos relacionados à juventude, pobreza e educação.

Tabela 6 – Comentários finais

Comentários Finais (temas/questões)	GD 15-18 anos	GD 18-24 anos	1º GD 15-24 anos	2º GD 15-24 anos	GD Exp. Participat.	Total
Corrupção	03	01	01	02	01	08
Credibilidade nos(as) políticos(as)	05	09	08	13	05	40
Trabalho / Emprego / Falta de oportunidade	-	01	02	03	-	06
Educação	01	02	01	08	-	12
Fome / Miséria / Pobreza	04	03	-	06	-	13
Violência / Segurança	01	-	-	-	-	01
Saúde	01	-	-	02	-	03
Política / Cidadania	02	04	01	02	-	09
Juventude	01	02	04	09	03	19

Nessa parte do Diálogo, os(as) jovens demonstraram um profundo descrédito nos(as) políticos(as), atrelando a sua figura à corrupção, falta de ética e desrespeito ao povo brasileiro, como demonstram a fala de dois jovens. Um deles, do GD com experiência prévia de participação, afirmou que *“Gostaria que eles olhassem o mundo de forma diferente, têm muitas pessoas humilhadas que não conseguem mostrar o seu caráter, que tenha menos corrupção no país”*. O outro, do 2º GD com jovens de 15 a 24 anos, pede *“que exerçam verdadeiramente a democracia que tanto pregam”*.

Apesar do descrédito nos(as) políticos(as), alguns(mas) jovens reconheceram a legitimidade das eleições e chamaram a atenção dos(as) políticos(as) para esse fato. Para um jovem do 2º GD com jovens de 15 a 24 anos *“O governo deveria pensar que depende do nosso voto para estar lá”*. Outro jovem desse mesmo Grupo sugere aos(às) políticos(as) *“Não esquecer que estão no poder, mas o povo que o botou, pode tirar”*. Já outro jovem do GD de faixa etária de 18 a 24 anos sugere que o(a) político(a) *“... não pense no que vai ser bom para ele. Eles vejam a necessidade do povo; se não fosse a gente, eles não estariam lá”*.

Um jovem do 1º GD de 15 a 24 anos fez o seguinte comentário: *“Lula faz jus ao seu discurso de posse. Não quero encontrar o Roriz”*. Outro jovem desse mesmo GD manifesta sua satisfação com o governo Lula, mas repudia o governo do Distrito Federal: *“Lula, o seu governo está bem bom. Administrador da minha cidade, tomar vergonha na cara. Roriz, vou deixar em branco, não quero nem falar”*. A fala desse jovem, se referindo ao governo Lula, nos comentários finais, foi a única que se referiu de forma positiva a algum(a) governante.

Temas como a educação, a saúde e o trabalho apareceram, na sua maioria, como forma de chamar a atenção para a péssima qualidade da saúde e da educação, além da falta de oportunidade de emprego. A educação foi a maior preocupação. Em nenhuma das falas, os(as) jovens demonstraram qualquer tipo de melhoria no acesso e na oportunidade a esses direitos. De acordo com um jovem do GD de 18 a 24 anos *“eles [governantes] só prometem; promessa, a gente faz pra santo. Não vejo emprego”*.

Nos comentários finais, curiosamente, os(as) jovens deram pouca relevância à violência e à segurança, mesmo esses temas tendo sido, por diversas vezes, abordados durante o Dia de Diálogo, principalmente quando trataram da educação e da cultura/lazer: *“Conheci muitas coisas como juventude e violência”*, único depoimento, em todos os GD, que se referiu à violência. Por outro lado, temas como a pobreza, a fome e a miséria foram alvo de muitas preocupações dos(as) jovens, com cerca de 13 depoimentos. Como bem ilustra a fala de um jovem do 2º GD com jovens de 15 a 24 anos. Para ele, *“Não [se deve] deixar a miséria acabar com o povo brasileiro”*. Para outro jovem do 1º GD na faixa etária de 15 a 24 anos, *“Não existem só eles no mundo, mas naqueles que choram e passam fome, sem ter o que comer”*.

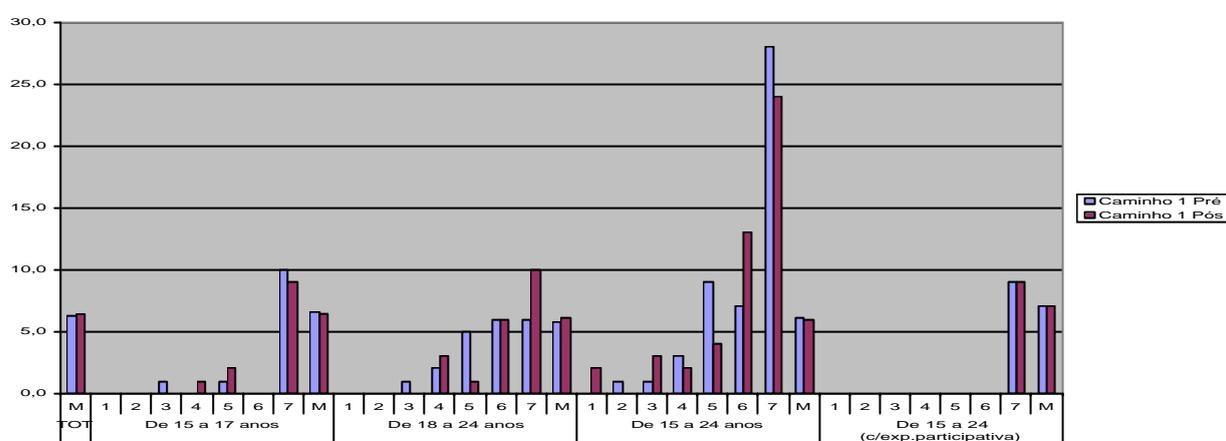
Os(as) jovens perceberam o Dia de Diálogo como uma oportunidade para conversar a respeito de temas importantes, que envolvem a política e a cidadania. Queixaram-se de que não são ouvidos(as) pela sociedade e pelo governo, sendo excluídos(as) de processos importantes para a sua formação. Salientaram, também, a importância de que esse tipo de espaço é fundamental para a compreensão do seu papel como cidadãos(ãs).

Duas jovens fizeram a comparação do Dia de Diálogo com a escola, dizendo que a escola é falha quanto a esse tipo de formação. Uma delas afirma: *“Aprendi muito, foi melhor que a escola pública. Aprendi sobre política e sociedade”*. (GD 18 a 24). A outra entende que essa experiência contribui *“...para todos se conscientizarem, é um assunto que não é aprofundado na nossa escola. Vou pensar mais em me voluntariar ou criar um grupo de trabalho voluntário”* (2º GD de 15 a 24). Um jovem do GD com experiência participativa fez o seguinte depoimento: *“Adquiri experiência, prazer em conhecer as pessoas, sou aberto a fazer amizades. Quando a gente puder se encontrar. Vamos mudar o país, o meu nome é Che Guevara também”*.

8 – Fichas pré e pós-Diálogo

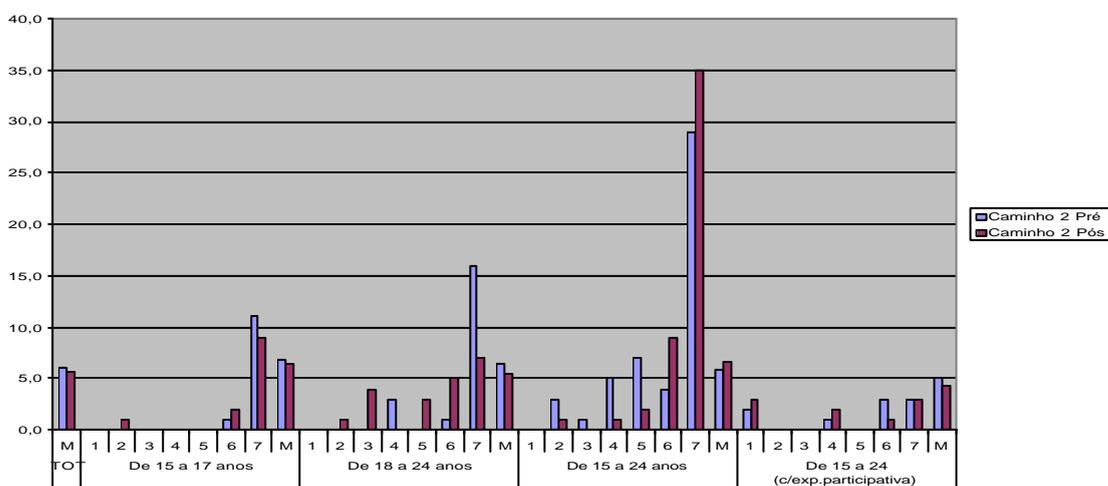
As fichas ou questionários Pré e Pós-Diálogo foram preenchidas por todos(as) os(as) 90 jovens, que participaram dos cinco Grupos de Diálogo. As mudanças de opinião se mostram mais significativas quando observado o conjunto dos Grupos de Diálogo. A opção ou a “nota” que a maioria dos(as) jovens atribuiu aos Caminhos Participativos ficou entre 7 e 6, como podemos observar nos gráficos abaixo:

?? Caminho 1

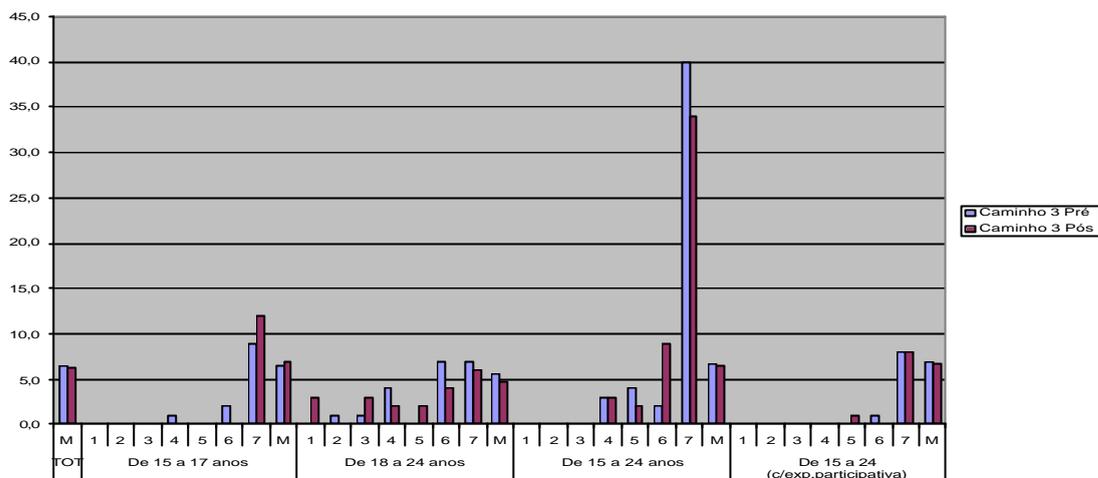


No geral, podemos apontar que houve a tendência foi de se atribuir maior “nota” ao Caminho 1 na ficha Pós-Diálogo. Isso nos remete a apontar que o Diálogo não foi determinante para mudança de opção ou “nota” atribuída ao Caminho 1.

?? Caminho 2



?? Caminho 3



Outro dado importante é que a média atribuída a cada um dos Caminhos nas fichas Pré e Pós-Diálogo permaneceu equilibrada. A “nota” atribuída a cada Caminho, nas fichas Pré e Pós-Diálogo, não sofreu grandes alterações. Ou seja, os(as) jovens, na sua maioria, não mudaram de opinião sobre os Caminhos após a realização do Grupo de Diálogo.

O que se pode apontar, a partir dos dados apresentados, é que mesmo tendo jovens com situação socioeconômica bastante heterogênea, e evidenciando a segregação socioespacial, que é um traço marcante no Distrito Federal, o perfil dos(as) jovens que participaram dos Grupos de Diálogo não é um fator determinante da opção ou da “nota” que foi atribuída aos Caminhos Participativos. Observando a média das notas atribuídas pelos(as) jovens aos Caminhos Participativos, e considerando as variáveis idade, sexo, trabalho e escolaridade, não se destacam mudanças significativas nas escolhas e nas “notas”. Pode-se indicar que a o Caminho 3, vinculado a formação de grupos, foi o que obteve maior adesão e despertou o interesse pela participação.

Na análise dos dados de todos os GD, a tendência foi de fusão de pontos do Caminho 1, entendido como o engajamento político, com o Caminho 3 que remete à formação de grupos. O Caminho 2, que é o trabalho voluntário, obteve no geral menor adesão dos(as) participantes.

Dos(as) 90 (noventa) jovens participantes dos GD, 77 apresentaram alguma condição para atuar ou não, por meio de um ou mais dos Caminhos Participativos apresentados na pesquisa. Os principais temas que surgiram em cada Caminho foram:

CAMINHO 1					
Temas	GD 15-18 anos	GD 18-24 anos	1º GD 15-24 anos	2º GD 15-24 anos	GD Exp. Participat.
Apoio do governo / Não deixe de fazer sua parte	1	1	-	2	2
Seja feito com respeito ao(à) jovem, autonomia nas suas opiniões, reconhecimento	1	3	1	4	1
De não ter desigualdade / Lutar sem preconceito, mas com igualdade social	-	1	-	1	1
Seja em grupo, todos juntos, a união faz a força	1	4	2	1	1
Mesmo depois de conseguir o que se quer, continuar fiscalizando	-	1	-	-	-
As organizações se empenhem e corram atrás	-	1	-	-	-
Haja participação de boa parte da sociedade / O principal é lutar só ou em grupo	-	3	-	1	-
Igualdade na política	-	-	1	-	-
Não haja corrupção nas organizações / Haja seriedade / Não seja para aparecer	-	-	2	1	-
Não me prejudique	-	-	-	1	-
Tenha melhorias / Cumpra o que está no papel	-	-	-	3	-
Se tiver pessoas capacitadas para ajudar	-	-	-	1	-

O principal tema, apontado pelos(as) jovens como condição para participarem do primeiro Caminho foi o respeito aos(às) jovens, à sua autonomia, ao seu direito de opinar “...que os governantes abram espaço para o Brasil jovem falar”. Esse tema surgiu como condição em todos os GD.

Outro tema relevante, apontado como condição em todos os GD, foi a participação por meio de grupos, pois unidas, as pessoas têm mais força para cobrar e para realizar alguma atividade. “...A união faz a força” (GD 15 a 17anos), “...que todos possam participar juntos e saber organizar com a comunidade” (1ºGD 15 a 24 anos).

Vale ressaltar que a falta de credibilidade em algumas organizações, sobretudo pela questão da corrupção, ou de lutar e reivindicar por interesses próprios, configura-se como uma situação apontada como condição para não participar: “...que eles não façam o mesmo que os políticos corruptos fazem”, (GD 15 a 24 anos) “Acho que existe fraude e super faturação nessas organizações” (GD 18 a 24 anos).

CAMINHO 2					
Temas	GD 15-18 anos	GD 18-24 anos	1º GD 15-24 anos	2º GD 15-24 anos	GD Exp. Particip.
Qualificação do voluntário(a)	-	-	-		1
Seja em grupo	3	1	2		
É bom ser voluntário(a), mas não podemos fazer o que é dever do governo	2	3	-	2	-
Flexibilidade para ajudar, faz o dia que quer, não custa nada	1	1	2	4	-
Tivesse apoio do governo	-	1	-	-	-
Esperar o governo é comodismo	-	-	1	-	-
Sentimento de solidariedade, ajudar o próximo	-	1	3	4	-
O governo não se acomode	-	-	-	1	-
Colabore com algo que seja sério	-	-	-	1	-

As condições apontadas para participar no segundo Caminho remetem, sobretudo, à flexibilidade de tempo e de horário que o trabalho voluntário oferece: “... não atrapalhe em seu trabalho ou seus compromissos” (2º GD 15 a 24 anos). Contudo, é importante salientar que em 3 GD, a importância do trabalho em grupo aparece como condição para atuar.

O fato de poder ajudar as pessoas e o sentimento da solidariedade são condições que também surgiram nesse segundo Caminho: “...ajudando o próximo, sempre se levará para um caminho mais confortável. Ajuda não gasta, só se levanta” (1º GD 15 a 24 anos). Entretanto, parte dos(as) jovens ressaltou que não assumiria o papel do governo, o que é dever dele.

CAMINHO 3					
Temas	GD 15-18 anos	GD 18-24 anos	1º GD 15-24 anos	2º GD 15-24 anos	GD Ex. Particip.
Com o grupo é que começa tudo, com responsabilidade	1	1	1	1	1
Não se pense só no grupo, mas no povo brasileiro, na população, no bem de todos(as)	1	1	2	2	-
Não tenha interesses camuflados	-	-	1	-	-
Tenha ajuda, incentivo do governo	-	1	3	2	-
O governo assuma a responsabilidade do que é obrigação dele	-	-	1	-	-
Tem que desenvolver mais maneiras políticas de ajudar	-	-	1	-	-
Melhorando as escolas	-	-	-	1	-
Toda a sociedade querer participar, não só a metade dela, todos(as) ajudarem	-	-	-	2	-
Respeitasse as opiniões profissionais e democráticas	-	-	-	1	-

O trabalho em grupo é a principal condição para se participar do terceiro Caminho. Outro tema identificado em 4 GD foi que o trabalho não ficasse apenas no pequeno grupo mas, sim, que fosse expandido e garantisse benefícios para a população em geral.

9 – Análise sobre a participação

A metodologia do Diálogo, ao se configurar como espaço de reflexão individual e coletivo, favoreceu a aprendizagem conjunta, fazendo com que o(a) jovem decidisse e escolhesse, aprendesse a abrir mão de algo e analisasse as conseqüências das suas escolhas. O ponto de partida do Diálogo foi “*Que Brasil queremos?*”. As respostas se fundamentaram na realidade de cada indivíduo, uma vez que refletiu sobre sua vida, compartilhou essas impressões com outras pessoas e tomou consciência ou a ampliou, intervindo nela de forma diferenciada.

O processo participativo não aconteceu de forma linear, nem abrangeu a totalidade dos(as) jovens. Não foram percebidas diferenças consideráveis, em termos de participação dos(as) jovens, entre os distintos Grupos. Em particular, pode-se destacar que as mulheres se sobressaíram e que, na última sessão, com 37 jovens, mais jovens participaram menos. O que levou a crer que Grupos com menor número de pessoas são mais propícios à efetiva participação do conjunto do Grupo, tendo em vista que, nas sessões com número de comparecimento menor, houve mais oportunidade para que todos(as) se manifestassem, fosse nos pequenos Grupos ou nas plenárias.

O que se pôde perceber foi que, durante as sessões de Diálogo, alguns(mas) se inteiraram e participaram mais, outros(as) menos e, outros(as) nem tomaram consciência imediata. Conforme mencionado na primeira parte deste relatório, alguns(mas) jovens compareceram aos GDs por curiosidade, outros(as) estimulados pelo pró-labore, mas também houve aqueles(as) que conseguiram perceber a importância em discutir as temáticas propostas. A forma e a intensidade como se deu a participação no processo de reflexão, nos GDs, estão relacionadas com particularidades referentes à subjetividade de cada jovem. Observou-se que, além do pouco hábito de participação, a timidez, a dificuldade de leitura e de compreensão dos Cadernos foram aspectos que influenciaram o processo participativo.

Tais limites, tampouco, devem camuflar a riqueza e a qualidade da participação vivenciada. Esta deve ser analisada e compreendida sob o conjunto de aspectos intrínsecos à própria condição dos(as) jovens, como um segmento possuidor de potencialidades, de fragilidades nos processos participativos e inseridos num contexto histórico, socioeconômico e cultural. Não obstante a aparente dificuldade de participação juvenil na RMB, evidenciada na primeira etapa da pesquisa *Juventude e Democracia*, e reforçada pelas dificuldades de adesão dos(as) jovens para participar dos GDs, os espaços desencadeados nas sessões apresentaram alguns aspectos a serem considerados.

Primeiramente, observou-se que são poucos e precários os espaços que favorecem processos participativos e que, ao se instalarem espaços propícios, é possível abrir um canal de diálogo e participação que, de acordo com os(as) jovens, não se percebe na escola formal, como bem ressalva um jovem do GD de 15 a 24 anos: “*Para todos se conscientizarem, e um*

assunto que não é aprofundado na nossa escola. Vou pensar mais em me voluntariar ou criar um grupo para o trabalho voluntário”.

De acordo com Amorim e outros(as), uma pesquisa realizada pela consultoria Kanitz & Associados, em 1999, mostrou que 70% dos(as) jovens manifestam interesse em dedicar parte do seu tempo ao voluntariado. Um estudo do Instituto Soma Opinião & Mercado, realizado em 2000, que entrevistou 468 jovens, entre 12 e 17 anos, indicou que 67% dos(as) entrevistados(as) preferiam trabalhar duas horas diárias como voluntários(as) a dedicar esse tempo para atividades como curso de inglês e informática.

Um segundo aspecto indicou a sensibilidade e a visão crítica dos(as) jovens, ao dialogarem sobre a realidade, sobre o papel deles(as) na sociedade e sobre os(as) governantes brasileiros(as). Um jovem do GD de 15 a 24 anos sugere “... *que o presidente olhe mais para o nosso país, do que para fora. Com tanta gente passando fome, ele manda dinheiro para o FMI”.*

Os processos participativos da juventude brasileira parecem demonstrar características particulares e contraditórias. Se, por um lado, o(a) jovem da RMB mora num espaço de intensa trajetória política e cenário dos grandes fatos históricos do país, por outro lado, a proximidade com esse espaço de participação política institucionalizada fortalece o descrédito, diante do não cumprimento de promessas e da cultura de nepotismo e corrupção política. Para um jovem do Grupo com experiência participativa, “*Os políticos, quando chegam nas eleições, prometem, fica tudo no papel e na caneta”.*

Os Grupos de Diálogo evidenciaram que a fragilidade do sistema educacional brasileiro, no desenvolvimento dos(as) jovens e, particularmente, no processo de formação profissional, e a fragilidade das políticas de cultura e lazer, além do pouco acesso a estes, podem fortalecer a inserção dos(as) jovens em espaços participativos, que estimulam a violência. As evidências identificadas na pesquisa *Juventude e Democracia* são corroboradas por um estudo realizado por Amorim e outros(as), segundo os quais “*pesquisas feitas por vários órgãos englobando o universo jovem mostram que a vida do jovem é árdua. Eles estudam mais, mas têm menos oportunidades de emprego. Vivem reféns da violência e não têm opções de lazer”* (CB 28/04/02).

Ser refém da violência inclui estar no papel de vítima ou de agressor(a). A violência, como espaço de participação juvenil, no Distrito Federal, vem se ampliando, tendo o(a) jovem como agressor(a), com o progressivo crescimento das gangues. Esse é um dado que sugere maior atenção, por parte dos(as) formuladores(as) de políticas para a juventude. De acordo com dados da primeira etapa da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia*, os(as) jovens que participam ou já participaram de grupos diversos, como galeras e gangues, somam um percentual de 6,4%. Esses grupos têm se disseminado progressivamente nas quadras residenciais e nas escolas do Distrito Federal, sendo cada vez mais freqüentes os assassinatos de jovens por gangues rivais.

Considerando todo o processo vivenciado pela aplicação da metodologia dos GDs, é possível afirmar a ocorrência de mudanças após o Dia de Diálogo? Embora o processo participativo não tenha sido linear, pois alguns(mas), naturalmente, participaram mais e outros(as) menos, compreende-se que ocorreu uma evolução no pensamento da maioria dos(as) jovens que participaram desse processo e muitos(as) jovens chegaram a mudar de opinião no final da sessão de Diálogo. No entanto, seria prematuro afirmar que ocorreu uma mudança mais efetiva na sua forma de pensar, tendo em vista, por exemplo, o curto espaço de tempo, a quantidade e diversidade de informações transmitidas e trocadas, a dificuldade de problematização das escolhas.

É possível que o(a) jovem possa ter ampliado ou tomado consciência de vários aspectos referentes às questões abordadas. Mas a intervenção na sua realidade cotidiana de forma diferenciada ou como isso vai interferir na sua forma de pensar efetivamente, é algo a ser mensurado para além do Dia de Diálogo. De antemão pode-se ressaltar que o GD favoreceu um espaço participativo, educativo e a aprendizagem conjunta.

Em síntese, os(as) jovens perceberam o Dia de Diálogo como uma oportunidade para conversar a respeito de temas importantes, que envolvem a política e a cidadania. Queixaram-se de que não são ouvidos(as) pela sociedade e pelo governo, sendo excluídos(as) de processos importantes para a sua formação. Saliaram, também, a importância de que esse tipo de espaço é fundamental para a compreensão do seu papel como cidadãos(ãs). Além disso, ao final dos Dias de Diálogo, ficou evidente, pelas falas, a vontade de mudar a realidade brasileira e da importância da participação da juventude, para que isso possa acontecer. A impressão final do Diálogo foi que alguns(mas) jovens se sentiram “empoderados(as)” para lutarem por seus objetivos.

10 – Conclusão

Para efeito de conclusão, destacam-se os aspectos mais significativos da pesquisa *Juventude e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* na Região Metropolitana de Brasília. Retoma-se inicialmente as conclusões da primeira etapa da pesquisa permitindo melhor contextualização dessa segunda etapa, quando aprofundou-se a investigação por meio da aplicação da metodologia dos Grupos de Diálogo, que explora a opinião dos(as) jovens sobre o Brasil que desejam e como podem se engajar para concretizar seus desejos.

A pesquisa, que foi desenvolvida com jovens de 15 a 24 anos, configura um perfil com superioridade numérica dos rapazes em relação às moças, a maioria da classe C, seguida das classes D/E. A maioria dos(as) jovens não está estudando nem trabalhando, é católica, não têm filhos(as). Numa caracterização desses(as) jovens, foram identificados aspectos de sua trajetória de vida, como a vida escolar, ao mundo do trabalho e às maneiras como eles(as) se informam e acessam os bens culturais, permitindo maior compreensão das condições em que vivem esses(as) jovens, facilitando a análise sobre os possíveis espaços, as possibilidades, os limites impostos aos processos participativos pelas desigualdades sociais predominantes no Brasil.

Em termos de educação, entre outros aspectos observa-se o atraso no fluxo escolar de um percentual significativo dos(as) jovens, a baixa escolaridade, o pouco hábito da leitura, evidenciando uma demanda por educação para os(as) jovens dessa Região Metropolitana. O acesso ao mundo do trabalho tem privilegiado, sobretudo os(as) jovens das classes mais favorecidas, que têm maiores e melhores oportunidades. A situação de trabalho configurada também sugere a dificuldade dos(as) jovens em conciliar a vida de casado(a), os estudos e o trabalho. As moças que trabalham ainda se encontram em grande desvantagem em relação aos rapazes, confirmando as desigualdades de gênero diante da inserção no mercado de trabalho.

Os dados evidenciam que os(as) jovens costumam se informar sobre o que está acontecendo no mundo, mas o contexto socioeconômico como isso ocorre apresenta particularidades em termos dos meios de informação, do acesso a eles e da qualidade da informação na perspectiva de fortalecer uma consciência crítica no(a) jovem que está em fase de desenvolvimento, que certamente se reflete nas formas e na intensidade da participação.

Verifica-se que o acesso à informação está intimamente relacionado com a classe social, desfavorecendo os(as) jovens das classes mais pobres. Está comprovado que o baixo acesso ao computador e à internet ainda retratam a intensa exclusão digital junto aos(as) jovens pobres. No entanto, o retrato dos(as) jovens que têm acesso a computador e à internet por si só não expressa qualidade de informação ou de contribuição na formação de consciência crítica para o(a) jovem das classes mais favorecidas, se for considerado que a maioria

deles(as), apesar de gastar mais tempo na internet com pesquisas, prevalece também o bate-papo e a simples troca de e-mails.

Embora a televisão seja o meio de informação mais comum, tornando-se poderoso instrumento de disseminação da informação na grande maioria dos domicílios brasileiros – perpassando todas as classes sociais –, os(as) jovens demonstram pequeno conhecimento sobre as temáticas em destaque no cenário nacional e internacional e em geral veiculado pela mídia televisiva.

Dessa forma, é possível concluir, com tendência aproximada, que os(as) jovens da RMB apresentam características de pouca participação nas esferas pública e política e que tal fato não deve ser analisado de forma isolada, mas deve ser compreendido com base na realidade complexa que apresenta múltiplas determinações, impossíveis de serem captadas apenas do ponto de vista de um levantamento quantitativo. De um lado, ela demonstra influências do contexto socioeconômico e cultural. De outro, deve ser compreendida no âmbito dos processos participativos que se manifestam historicamente na sociedade brasileira, e nos quais os(as) jovens estão inseridos(as). As condições socioeconômicas desfavoráveis de parte considerável dos(as) jovens em questão influenciam no processo de desenvolvimento pessoal e profissional e, em particular, nos mecanismos que favorecem os processos participativos.

Semelhante ao período da ditadura militar, quando todos os canais de participação se fecharam, atualmente, numa sociedade que se intitula democrática, parece continuar sendo a religião o canal privilegiado para expressão juvenil. Informação que se confirma não apenas nessa Região Metropolitana, mas também em outras que participam da pesquisa *Juventude e Democracia* e nos dados agregados das RMs. Entretanto, se naquela época sobrepunha-se a presença da Igreja Católica – da linha de pensamento progressista – junto aos(as) jovens, atualmente a situação é diversa. É a igreja evangélica/protestante – de pensamento conservador – que se manifesta preferencialmente como espaço de participação dos(as) jovens por meio dos movimentos religiosos ou atividades religiosas praticadas pelos(as) jovens que participam de algum grupo.

Além dos movimentos religiosos, outra tendência são os grupos esportivos, de lazer e culturais, como os grupos de skates, de *hip-hop*, de *rap*, de grafiteiros(as), que se disseminam nas cidades do Distrito Federal, em particular os grupos de *hip-hop* e de grafiteiros(as).

Não cabe aqui uma análise histórica da participação juvenil, mas deve se enfatizar que a pouca participação dos(as) jovens demonstrada nos espaços dos sindicatos, partidos, movimentos sociais e comunitários e ONGs assume uma particularidade a ser investigada mais minuciosamente. É importante lembrar que esta é uma geração com passado recente de cultura da não-participação, imposta pela ditadura militar. Se depois veio a redemocratização, intensificando a prática participativa, no entanto, as mazelas do avanço do projeto neoliberal de redução do Estado e do processo de globalização excludente contribuíram para o refluxo das organizações sociais com implicações nas distintas formas de participação, demonstradas no

esvaziamento dos sindicatos, no descrédito dos partidos políticos, no esvaziamento de movimentos sociais como educação, saúde e moradia etc., no agravamento das dificuldades financeiras das ONGs.

Agregado a tais aspectos, o contexto de implementação da nova institucionalidade inaugurada com a Constituição Federal de 1988 gerou demandas que contribuiriam para a profissionalização progressiva da “militância” nas organizações não-governamentais ou ocupação de outros espaços pelos(as) ativistas de esquerda, seja nos espaços de direitos conquistados, como os Conselhos de defesa de direitos, ou programas e políticas governamentais, como as da infância e adolescência desenvolvidos pelo próprio governo ou por organizações da sociedade civil¹⁶, ou pela absorção dessa mão-de-obra pelas administrações municipais de esquerda.

Os(as) jovens, em particular, se inserem nesse contexto de uma geração aparentemente marcada pela apatia, pela carência de utopias. Mas há que se considerar que, no movimento de criação e recriação da dinâmica social, geram-se novas formas de resistência, de organização, alternativas de participação inovadoras, afastando-se dos modelos participativos tradicionais, aproximando de novos modelos civilizatórios não possíveis de captar neste processo investigativo.

A segunda etapa da pesquisa aprofunda a investigação a cerca do envolvimento dos(as) jovens nas esferas públicas e políticas, por meio do Diálogo sobre o que desejam e como pensam em contribuir para a realização desses desejos. De antemão e com base no contexto acima configurado, observa-se que a juventude é receptível e apresenta grande potencial para a participação. No entanto, carece de espaços favoráveis e propícios aos processos participativos. Não obstante a adversidade da realidade na qual se inserem, a experiência dos GDs indica sensibilidade e visão crítica dos(as) jovens ao se situarem nesses espaços e dialogarem sobre a realidade brasileira e as suas potencialidades nesse contexto. Já nos comentários iniciais dos GDs, os(as) jovens apontaram várias preocupações, em que o desemprego e a violência foram o ponto alto.

Em geral, a temática da educação ocupou naturalmente o centro dos Diálogos, indicando claramente o desejo dos(as) jovens de melhoria das escolas e no trato com os(as) professores(as). No tocante ao trabalho, os(as) jovens identificaram, basicamente, o desejo de acabar com o desemprego e uma maior qualificação profissional. A discriminação racial, de gênero e de classe social foi apontada como um dos fatores que contribui para o elevado índice de desemprego juvenil. Sobre a cultura e o lazer, as propostas voltaram-se para o acesso à cultura, mais espaços de lazer, a garantia de segurança nos espaços e eventos de cultura e lazer, o incentivo à cultura brasileira.

¹⁶ Nos últimos anos, o maior incremento de programas e políticas sociais públicas desenvolvidos por organismos da sociedade civil ocorreu com a aprovação da Lei 9.790/99 que institui e disciplina a parceria entre Estado e sociedade civil, a conhecida lei das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) no governo FHC e que aprofunda a precariedade nas relações de trabalho.

A opinião dos(as) jovens da RMB sobre como querem participar para concretizarem as propostas para o Brasil que desejam apresentou, como principal característica, a combinação entre Caminhos Participativos e a junção e complementaridade entre todos ou entre alguns deles. Os(as) jovens entendem que é imprescindível a organização de grupos para a atuação participativa, seja em grupos mais formais, seja como voluntários, ou em grupos informais de participação. No entanto, eles(as) não conseguiram aprofundar o Diálogo, ao problematizar as escolhas que estavam apontando, para participarem e contribuírem com as mudanças que desejam.

Nos comentários finais, o descrédito nos(as) políticos(as) e no sistema político foi o ponto alto, deixando um clima de pessimismo junto aos(as) jovens, no trato com as temáticas trabalhadas, sob o argumento de que não são ouvidos(as) ou que os(as) governantes não cumprem as suas promessas. Temas como educação, saúde e trabalho apareceram, na sua maioria, como forma de chamar a atenção para a sua péssima qualidade, como política pública, além da falta de oportunidade com relação ao emprego. A educação e, em seguida, o trabalho continuam como centro das preocupações, ainda nos comentários finais.

Finalmente, reforçando a questão que merece atenção particular, por parte dos(as) formuladores(as) de políticas sociais públicas, a partir da realização dos GDs, fica a evidência de que a fragilidade do sistema educacional brasileiro, no que diz respeito ao desenvolvimento dos(as) jovens e, particularmente, no processo de formação profissional, e a fragilidade das políticas de cultura e lazer, além do pouco acesso a estes, podem fortalecer a inserção dos(as) jovens em espaços participativos estimuladores da violência. Ao final dos Dias de Diálogo, ficou evidente, por meio das falas, a vontade de mudar a realidade brasileira e a importância do engajamento da juventude para que isso possa acontecer.

11 – Recomendações

Com base nesse estudo, apresenta-se algumas propostas a título de sugestões aos(as) formuladores(as) de políticas para a juventude, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento dos(as) jovens com uma consciência crítica e de incentivo à participação juvenil nas esferas públicas e políticas do Distrito Federal e combatendo a discriminação.

1. Aumentar a oferta de ensino nas escolas públicas direcionadas para os(as) jovens com atraso no fluxo escolar.
2. Garantir a atualização dos projetos pedagógicos e das grades curriculares do sistema educacional público em consonância com os processos de mudanças societários, com condições adequadas para a sua implementação, garantindo uma educação crítica e inovadora.
3. Investir na capacitação contínua dos(as) educadores(as) das escolas públicas.
4. Investir no aumento e atualização dos equipamentos das escolas públicas, como quadras esportivas, bibliotecas, laboratórios, computadores etc.
5. Ampliar o uso pedagógico das tecnologias da informação e da comunicação.
6. Investir na ampliação dos programas de inclusão digital nas cidades do Distrito Federal.
7. Investir em equipamentos de esporte e lazer nos espaços públicos e na conservação dos existentes (praças, parques, escolas).
8. Investir na implementação de programas de incentivo ao esporte e à cultura e garantir o acesso dos(as) jovens das classes menos favorecidas.
9. Investir no processo de desenvolvimento dos(as) jovens com atenção para a formação para o mundo do trabalho.

Recomendações de novos estudos e investigações¹⁷

1. Identificar, no Distrito Federal, iniciativas de participação juvenil já em curso e apoiar o seu desenvolvimento. O governo distrital e o federal podem fomentar espaços e culturas de participação juvenil.
2. Proceder a um levantamento sistematizado dos principais meios de informação e comunicação de massa que predominam na informação dos(as) jovens do Distrito Federal (televisão, jornais, revistas e emissoras de rádio), verificando:
 - ?? a importância desses veículos, caracterizada pelos índices de audiência, pela tiragem diária (jornais) e semanal (revistas) e pela abrangência/alcance geográfico;
 - ?? os grupos empresariais a que pertencem (controladores de seu capital social) e os seus principais financiadores, bem como as interrelações e complementaridades que apresentam (cadeias de multimídia associadas);
 - ?? a natureza dos conteúdos rotineiramente apresentados e veiculados.
3. Mapear grupos de jovens que lidam com mídia alternativa no Distrito Federal e investigar de que maneira a atuação em tais grupos influencia a apreensão de informações por meio dos grandes meios de informação.
5. Mapear jovens participantes dos Diálogos no Distrito Federal e, por meio de amostra, investigar a repercussão do Diálogo na vida desses(as) jovens. Passaram a participar de algum grupo? Estão buscando outros espaços de debate ou participação?
6. Partindo da constatação de que um contingente significativo dos(as) jovens entrevistados(as) no Distrito Federal não estava estudando no momento da pesquisa de opinião, e de que a escola se mostrou como espaço de ampliação de acesso a bens culturais, pesquisar as estratégias de acesso acionadas pelos(as) jovens que estão fora da escola. Elas existem? Quais são? Qual é a relação desses(as) jovens com a escola? E com outras políticas públicas?
7. Proceder a um mapeamento, em nível do Distrito Federal, das instituições, governamentais ou não, que desenvolvem trabalhos com jovens, visando à construção de um banco de referência.

¹⁷ Incorporadas a partir do relatório nacional.

12 – Bibliografia

- AFONSO, Ismália. Cotas: Política Urgente. 12/05/04. Disponível em www.unb.br
Correio Brasiliense. Caderno Cidades, 12/03/2005.
- Correio Brasiliense*. Caderno Cidades, 28/04/2002.
- Correio Brasiliense*. Crônica da cidade, 01/01/2005.
- COSTA, Ozanira Ferreira da. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Região Metropolitana de Brasília. RELATÓRIO. IBASE / PÓLIS / INESC. Brasília, 2005.
- CPRN e RCRPP. Cidadãos, diálogo deliberativo e política pública: a experiência da CPRN no uso e na adaptação da metodologia *ChoiceWork*. (Workshop Diálogo com a Juventude do Brasil. Ottawa, Canadá. Ago. 2004.
- CPRN e VIEWPOINT LEARNING INC. The Kind of Canada We Want: Citizens' Dialogue on Canada's Future. Workbook. Fall 2002.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. Pesquisa e informação qualitativa. 2ª ed. Campinas, SP: Papius, 2001.
- _____. Vícios metodológicos. [Brasília]: UnB, 2003. Disponível em: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br> (blog).
- _____. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2004. (Série Pesquisa em Educação, v. 8).
- DOYLE, Heloisa. Violência nas escolas. [s/l] [s/d]. Disponível em: <http://www.asselegis.org.br/violencia.htm>
- IBASE e PÓLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, democracia e esfera pública. Projeto de Pesquisa [Rio de Janeiro], Maio de 2004.
- _____. INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DE “GRUPOS DE DIÁLOGO”. [Rio de Janeiro], [2004].
- _____. Juventude Brasileira e Democracia: participação, democracia e esfera pública. Marco Zero. [Rio de Janeiro], julho de 2004.
- _____. Juventude Brasileira e Democracia: participação, democracia e esfera pública. Programação Detalhada dos Trabalhos [Rio de Janeiro], setembro de 2004.
- _____. Que Brasil queremos? Como chegar lá?. Roteiro para diálogo da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia. [Rio de Janeiro], [2005].
- _____. Guia do Facilitador. [Rio de Janeiro], [2005].
- MACKINNON, Mary Pat e outros. Citizens' Dialogue on Canada's Future: A 21 st Century Social Contract. Canadian Poliev Research Networks / Réseaux canadiens de recherché en politiques publiques / VIEWP LEARNING. [Canadá], 2003.
- MULHOLLAND, Timothy Martin. Ações afirmativas: as razões da UnB. 11/05/04 Disponível em www.unb.br
- RICHARDSON, Roberto J. e Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999..

Fontes da Internet

CPRN. <http://www.cprn.org>.

Viewplearning. <http://www.viewplearning.com>

Yankelovich, Daniel. <http://www.danyankelovich.com>

Ministério do Trabalho e Emprego. www.mte.gov.br

Universidade de Brasília. www.unb.br

13 – Anexos

Anexo I: Tabela 4 – Perfil detalhado por Grupos de Diálogo

Grupo de Diálogo	Classe social			Cidade	Nº de Partic	Sexo		Faixa Etária		Escolaridade			Trabalho	
	A/B	C	D/E			Fem.	Masc.	Idade/Nº Jovens	Idade/Nº Jovens	1	2	3*	Sim	Não
Experiência Participativa	1	6	2	Ceilândia - 01 Gama - 01 Rec. das Emas - 02 Plano Piloto - 01 Sobradinho - 01 Sta. Maria - 01 Paranoá - 01 Estrutural - 01	09	03	06	15 16 18 19 20 21 24	01 02 01 01 01 01 01	01	07	01	02	07
18 a 24 anos	05	11	04	Ceilândia - 05 Samambaia - 03 S. Sebastião - 02 Gama - 02 Taguatinga - 02 Rec. das Emas - 02 Plano Piloto - 01 Sobradinho - 01 Sta. Maria - 01 Morada da Serra - 01	20	08	12	18 19 20 21 22 23 25	04 05 02 04 03 01 01	02	14	04	10	10
15 a 17 anos	03	07	02	Ceilândia - 04 Guará - 02 Sta. Maria - 02 Riacho Fundo II - 01 Lanaltina - 01	12	05	07	15 16 17	02 06 03	05	07		02	09
								NR = 01					NR = 01	
1º - 15 a 24 anos	03	05	05	Sobradinho - 02 Ceilândia - 02 Plano Piloto - 02 Sta. Maria - 02 Guará - 01 Gama - 01 Samambaia - 01 Águas Claras - 01 S. Francisco - 01	13	06	07	15 16 17 18 19 21 22 23 24	01 01 01 01 03 01 01 03 01	04	07	02	07	05
													NR=01	
2º - 15 a 24 anos	07	13	16	Sobradinh - 03 Ceilândia - 07 Plano Piloto - 03 Sta. Maria - 03 Gama - 05 Águas Claras - 02 S. Sebastião - 02 Estrutural - 02 Rec. das Emas - 02 Riacho Fundo - 01 Planaltina - 01 Samambaia - 02 Taguatinga - 01 Braslandia - 01 Candangolândia - 01	36**	15	21	14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24	01 03 03 05 04 08 02 03 02 03 02 03 02	08	21	07	15	21
													NR=01	

* 1= Ensino Fundamental 2 = Ensino Médio 3 = Ensino Superior ** 1 jovem não tinha identificação além do nome e foi excluído(a).

Anexo II: Tabela 5 – Semelhanças e diferenças

1 - EDUCAÇÃO

1. 1ª Semelhança: Diferença entre a escola pública e escola particular 2/5

Grupo de Diálogo 15-18 (16/04)	"Escola particular cobra mais do aluno que a pública, porque é paga."
Grupo de Diálogo 18-24 (30/04)	"Diferença entre escola pública e particular quanto a qualidade e infra estrutura"
1º Grupo de Diálogo 15-24 (07/05)	----
2º Grupo de Diálogo 15-24 (14/05)	----
GD Experiência Participativa (03/04)	----

1. 2ª Semelhança: Burocracia 1/5

G D 15-18 (16/04)	"Demora de tramitação de papéis entre as escolas e as administrações de ensino (burocracia)"
G D 18-24 (30/04)	----
1º G D 15-24 (07/05)	----
2º G D 15-24 (14/05)	----
GD Exp Particip. (03/04)	-----

1. 3ª Semelhança: Infra-estrutura da escola para garantir o acesso e permanência (informática/material didático). Recursos humanos [falta de professores(as)] 5/5

GD 15-18 (16/04)	"Computadores com acesso a internet: Devem ter nas bibliotecas e atualizados e na, pública são poucos e desatualizados e cobram" / "A compreensão (compreensão) do governo com todos os alunos; colocar mais segurança no colégio; e colocar mais professores. Uma coisa que o governo não repara." / "Professores afastados (férias, licença)" / "Faltam professores nas escolas públicas" / "Livros desatualizados e trocas frequentes – no Ensino Médio (muitas vezes cobram os livros dos alunos de escolas públicas)
GD 18-24 (30/04)	"Falta de acesso aos computadores da escola pública"
1º GD 15-24 (07/05)	"Aumentar o número de professores"
2º GD 15-24 (14/05)	"Falta tudo: falta professor, falta cadeira, falta cadeira especial, falta escola suficiente, falta lazer, falta segurança, falta lanche adequado, falta respeito" / "Passe livre estudantil nos transportes coletivos"
GD Exp. Particip. (03/04)	"Falta professores: contratar mais professores"

1. 4ª Semelhança: Discriminação/Racismo**2 / 5**

GD 15-18 (16/04)	"Ocorre racismo nas escolas públicas e particulares"/ "As cotas nas universidades estimulam o racismo" / "Discriminação quanto a renda entre pobres e ricos"
GD 18-24 (30/04)	-----
1º GD 15-24 (07/05)	-----
2º GD 15-24 (14/05)	"Cota nas universidades por renda e não por cor ou raça (para pessoas de baixa renda)"
GD Exp. Particip. (03/04)	-----

1.5ª Professores(as) mais qualificados/respeito ao(à) professor(a)**3 / 5**

GD 15-18 (16/04)	-----
GD 18-24 (30/04)	"Qualificação dos professores" / "Salários baixos dos professores (vocação com sustento)"
1º GD 15-24 (07/05)	"Mais atenção ao professor"
2º GD 15-24 (14/05)	-----
GD Exp. Particip. (03/04)	"Falta de interesse para melhorar a situação da falta de professores" / "Melhorar a relação dos professores com alunos com relação ao conteúdo. Aumentar o nível (critério) de seleção profissional" / "Falta de capacitação dos professores"

1.6ª Visão que os(as) jovens têm dos(as) alunos(as)**2/5**

GD 15-18 (16/04)	-----
GD 18-24 (30/04)	-----
1º GD 15-24 (07/05)	"Maior interesse do aluno"
2º GD 15-24 (14/05)	-----
GD Exp. Particip. (03/04)	"Falta interesse dos jovens e governo de querer mudar a educação"

1.7ª Visão que os(as) jovens têm dos(as) professores(as)**2 / 5**

GD 15-18 (16/04)	"Professores e diretores fumam e usam celulares durante as aulas"
GD 18-24 (30/04)	-----
1º GD 15-24 (07/05)	-----
2º GD 15-24 (14/05)	-----
GD Exp. Particip. (03/04)	"Melhorar a relação dos professores com alunos com relação ao conteúdo. Aumentar o nível (critério) de seleção profissional"

1.8ª Falta de qualidade no ensino público**5 / 5**

GD 15-18 (16/04)	"Contrato temporário dos professores afeta a qualidade do ensino"
GD 18-24 (30/04)	"O governo estimula para que se termine o 2º grau, só que e sem qualidade (o processo da dependência) faz ate que um dia passa. Isso e para o governo dizer que acabou o analfabetismo só que e só o diploma" / "Diferença entre a escola pública do Plano Piloto e as escolas das cidades satélites quanto a qualidade e infra-estrutura".
1º GD 15-24 (07/05)	"Qualidade do supletivo com maior rigor na avaliação"
2º GD 15-24 (14/05)	"Falta tudo: falta professor, falta cadeira, falta cadeira especial, falta escola suficiente, falta lazer, falta segurança, falta lanche adequado, falta respeito" / "Escola integral e optativa"
GD Exp. Particip. (03/04)	"Pouco tempo para assimilar os conteúdos"

1.9ª Segurança nas escolas**4 / 5**

GD 15-18 (16/04)	"Aumentar policiamento. Só aparecem no inicio do ano ou no dia antes do pagamento e assédio sexual"
GD 18-24 (30/04)	-----
1º GD 15-24 (07/05)	"Segurança nas escolas (policiamento)"
2º GD 15-24 (14/05)	"Falta tudo: falta professor, falta cadeira, falta cadeira especial, falta escola suficiente, falta lazer, falta segurança, falta lanche adequado, falta respeito"
GD Exp. Partici.(03/04)	"Mais segurança nas escolas públicas"

1.10ª Dificuldade de acesso a educação básica e ao Ensino Superior**2 / 5**

GD 15-18 (16/04)	---
GD 18-24 (30/04)	"Dificuldade do acesso `a educação" / "Dificuldade de acesso ao Ensino Superior" / "Garantir o acesso a escola para combater o trabalho infantil escravo"
1º GD 15-24 (07/05)	"Investir na educação infantil"
2º GD 15-24 (14/05)	---
GD Exp. Particip. (03/04)	---

2 - TRABALHO

2. 1ª Semelhança: Acabar com o desemprego

5 / 5

GD 15-18 (16/04)	<i>"... qualidade na educação, oportunidade de estágio, dificuldade de acesso aos estágios, discriminação quanto a vestimenta e aparência, quanto ao lugar que você mora e quanto a raça. Não só o estágio como forma de 1º Emprego. Convênios com empresas."</i>
GD 18-24 (30/04)	<i>"Mais oportunidade ex: 1º emprego. Dificuldade de acesso a trabalho pela discriminação racial e de sexo (feminino). Discriminação dos que estudam nas escolas públicas".</i> <i>"Plano de carreira para quem trabalha nas instituições privadas (as pessoas não são estimuladas a se inserir nas empresas privadas, e cada um tem que se virar e subir sozinho)".</i> <i>"O trabalho profissional do adolescente aprendiz. Só que as empresas não respeitam muitas vezes o trabalho do adolescente estagiário."</i>
1º GD 15-24 (07/05)	<i>"Mais oportunidades para os jovens, melhorar o Programa 1º Emprego e aumentar o número de vagas para jovens cadastrados."</i> <i>"o governo deveria dar emprego ao invés de criar programas de dar pão e leite".</i>
2º GD 15-24 (14/05)	<i>"O 1º Emprego não funciona, falta emprego para os jovens. Garantir oportunidade de estágio para os jovens e que o estágio conte como experiência para a carteira de trabalho. Incentivo a experiência. Reduzir o imposto das empresas que contratam estagiários e o estagiário não deve ganhar menos que o salário mínimo".</i>
GD Exp. Particip. (03/04)	<i>"Acabar com as desigualdades e preconceitos com a mulher, deficientes e negros"</i> <i>"O governo tem que dar emprego ao invés de dar pão e leite".</i>

OBS: Vale ressaltar que a maioria dos(as) adolescentes que participaram dos Grupos de Diálogos concebem o estágio como emprego.

2. 2ª Semelhança: Qualificação Profissional

5 / 5

GD 15-18 (16/04)	<i>"... oportunidade, pois tem que pagar para se habilitar."</i>
GD 18-24 (30/04)	<i>"Estímulo a cursos profissionalizantes, maior qualificação profissional".</i>
1º GD 15-24 (07/05)	<i>"Cursos de qualificação".</i>
2º GD 15-24 (14/05)	<i>"Incentivo e divulgação para cursos de qualificação (informática, ect.)".</i>
GD Exp. Particip. (03/04)	<i>"Cursos de qualificação gratuitos".</i>

3 – CULTURA E LAZER

3. 1ª Semelhança: Mais acesso à Cultura

5 / 5

GD 15-18 (16/04)	<i>“Falta acesso: cinema, teatro etc. O valor do ingresso é caro. As cidades-satélite não têm programas culturais. A mídia deprecia as cidades (queima a imagem da cidade). Maior divulgação dos eventos.</i>
GD 18-24 (30/04)	<i>“Acesso à cultura ser gratuito ou de menor valor, mais opções culturais, criar espaços para atividades culturais.” “... regularizar a carteirinha de estudante (que funcione) e ampliar a abrangência para além do teatro, cinema e show”.</i>
1º GD 15-24 (07/05)	<i>“Mais promoção de shows, eventos, cinema e teatro. Transporte gratuito nos ônibus para estudantes. A carteirinha de estudante deve ser gratuita.”</i>
2º GD 15-24 (14/05)	<i>“Mais divulgação, preços mais acessíveis, criar espaços culturais nas cidades, descentralizar eventos culturais para as cidades satélites (exemplo orquestra sinfônica). O governo fornecer transporte gratuito.”</i>
GD Exp. Particip. (03/04)	<i>“ Desenvolver mais programas culturais de livre acesso nas cidades-satélite (grátis ou preços acessíveis).”</i>

3. 2ª Semelhança: Garantir segurança

3 / 5

GD 15-18 (16/04)	<i>“Tem quadra no Plano Piloto mas falta policiamento.”</i>
GD 18-24 (30/04)	<i>“Tudo atrelado à segurança. Necessidade de segurança (policiamento) nos espaços de lazer.”</i>
1º GD 15-24 (07/05)	<i>“Garantir segurança para os eventos nas cidades.”</i>
2º GD 15-24 (14/05)	-----
GD Exp. Particip.(03/04)	-----

3. 3ª Semelhança: Investimento em projetos culturais e apoio a cultura brasileira

3 / 5

GD 15-18 (16/04)	
GD 18-24 (30/04)	<i>“Dificuldade de acesso aos poucos investimentos para projetos culturais.”</i>
1º GD 15-24 (07/05)	
2º GD 15-24 (14/05)	<i>“Valorizar os artistas e os espaços das cidades. Maior valorização da cultura brasileira.”</i>
GD Exp. Particip. (03/04)	<i>“Valorização da cultura brasileira por meio de mais programas nas cidades, garantindo o acesso (teatro, música, dança).”</i>

3. 4ª Semelhança: Ter mais espaços de lazer**5 / 5**

<i>GD 15-18 (16/04)</i>	<i>“Falta de espaços como quadras poli esportivas e clubes nas cidades. Baixar custos para entrar nos clubes. Dificuldade de acesso aos clubes pelo preço e transporte. Mais praças com parques e equipamentos de musculação.”</i>
<i>GD 18-24 (30/04)</i>	<i>“Mais centros de práticas esportivas. Alto preço das entradas. Regularizar a carteirinha de estudante (que funcione) e ampliar a abrangência para além do teatro, cinema e show”.</i>
<i>1º GD 15-24 (07/05)</i>	<i>“Criação de quadras poli esportivas. Criação de praças”.</i>
<i>2º GD 15-24 (14/05)</i>	<i>“Criar e reformas as quadras”.</i>
<i>GD Exp. Particip. (03/04)</i>	<i>“Ter mais espaços de lazer nas cidades satélites e maior cuidado da população com os equipamentos de lazer”.</i>

Rede parceira: Ação Educativa, Centro de Referência Integral de Adolescentes, Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Universidade Popular, Iser Assessoria, Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, Observatório Jovem do Rio de Janeiro da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenação

iEtinho
iBase



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Apoio

10th Anniversary  10^e anniversaire
CPRN 2005 RCRPP
Fresh Ideas for Canada's Future

IDRC  CRDI